

FÓRUMS ESTADÃO THINK

CAMINHOS PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA

*De olho na transição
energética e na inclusão
global, especialistas discutem
desafios enfrentados
atualmente pelo setor e as
oportunidades para o futuro*

ESTADÃO 

Fóruns Estadão Think | Caminhos para a indústria brasileira

O Estado de S. Paulo

Copyright © 2024

Direção de Jornalismo

Eurípedes Alcântara

Coordenação Editorial e Edição

Ana Carolina Sacoman

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação

Viviane Jorge

Todos os direitos estão reservados a

O Estado de S. Paulo

Realização:



Criação:



Apoio:



Apoio institucional:



SUMÁRIO

Apresentação	6
Atacando o problema de frente: <i>Como reverter mais de três décadas de declínio da indústria?</i>	8
Janela de oportunidade: <i>Reindustrialização precisa ser uma política de Estado, diz diretor da CNI</i>	18
Entrevista Igor Rocha: <i>‘País tem posição bastante positiva em relação à transição verde’, diz economista-chefe da Fiesp</i>	19
Financiamento para a reindustrialização: <i>‘Restringir o crédito para a indústria prejudica o desenvolvimento do País’, diz economista</i>	25
Ambiente econômico: <i>‘Programa de apoio à indústria é fraco, com política tímida de estímulo’, afirma empresário</i>	28
O futuro é agora: <i>Como a indústria brasileira pode usar a transição energética a seu favor?</i>	35
Velocidade: <i>Falta de agilidade na regulação freia transição energética, dizem executivos</i>	41
Entrevista Rafael Lucchesi: <i>Brasil pode ser a ‘Arábia’ da energia verde, diz Lucchesi, da CNI</i>	47

SUMÁRIO

Alerta: País deve dar transparência para subsídios do setor energético, avaliam especialistas	<u>50</u>
Corrida: Brasil tem de reforçar seu lugar na disputa global pela transição energética	<u>52</u>
Colaboração: Política industrial tem de pensar no médio prazo e ser feita a várias mãos, diz professor da FGV	<u>54</u>
Desafios: Globalismo é fundamental para o Brasil, diz presidente da Fiesp	<u>56</u>
Mundo em transformação: Mercadante: Protecionismo global gera desafios, mas oportunidades vão se abrir	<u>62</u>
Governo federal: ‘Ampliar exportações da indústria é prioridade para o governo’	<u>64</u>
O que vem por aí: Especialistas debatem perspectivas e vantagens do País	<u>66</u>
Economia verde: ‘Descarbonização é aposta para fortalecer a indústria brasileira’	<u>68</u>
Entrevista: O que falta para a indústria ‘made in Brazil’ ser mais competitiva, na visão do presidente do Ciesp	<u>70</u>

APRESENTAÇÃO

Indústria brasileira enfrenta desafios, mas há luz no fim do túnel

A indústria brasileira vive um paradoxo: ao mesmo tempo em que perde protagonismo, com redução constante de sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), continua a manter a relevância.

Frequentemente, é na indústria que se emprega a mão de obra mais qualificada e onde em geral se pagam os melhores salários. Uma indústria fraca resulta em produtividade baixa, o que se reflete na própria atividade econômica brasileira. A saída passa pela reindustrialização, mas como fazer isso?

O **Estadão** promoveu essa discussão junto com especialistas ao longo de 2024, em três **Fóruns Estadão Think**, que contaram com apoio institucional da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), da Federação das Indústrias do

APRESENTAÇÃO

Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No primeiro evento, realizado em julho, a discussão focou na indústria hoje e amanhã, passando pela necessidade de políticas públicas para o setor, nos moldes do Plano Safra para a agricultura; no acesso facilitado ao crédito; e nos benefícios esperados com a regulamentação da reforma tributária. O segundo **Fórum Estadão Think**, em setembro, analisou a neointustrialização apoiada pela transição energética, apontando as vantagens competitivas da indústria brasileira em tempos de economia verde e como o setor pode usar esse momento a seu favor. No terceiro evento, em novembro, a pauta de discussões focou nos desafios enfrentados para a nossa inserção global em um período histórico conturbado, em que vivemos o impacto de guerras e tensões comerciais e geopolíticas, com o protecionismo ganhando força em todo o mundo.

Neste e-book reunimos os principais apontamentos dos especialistas ouvidos nos três **Fóruns Estadão Think** e os debates sobre o tema em seis vodcasts Dois Pontos. Ótima leitura!

ATAcando O PROBLEMA DE FRENTE

Como reverter
mais de três
décadas de declínio
da indústria?

ATAcando o PROBLEMA DE FRENTE

**DIEGO LAZZARIS,
EDUARDO GERAQUE e
FRANCISCO CARLOS DE ASSIS**

Quais são os caminhos para reverter mais de 30 anos de declínio do setor industrial no País? Esse foi o mote do **Fórum Estadão Think - A Indústria no Brasil Hoje e Amanhã**, realizado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em julho. Os palestrantes destacaram os avanços trazidos pela reforma tributária, que ainda depende de regulamentação no Senado. Também concordaram que, além de um sistema mais eficiente de cobrança de impostos, é urgente ter uma política voltada para o setor, com crédito diferenciado, planejamento e estímulo à inovação — a comparação com o investimento no agronegócio nas últimas décadas, com ações como o Plano Safra, foi frequente.

O presidente da Fiesp, Josué Gomes, questionou como um setor altamente intensivo em capital geraria recursos necessários para manter a sua produtividade e investir no mesmo nível de seus competidores se não pode tomar recursos de terceiros, por serem proibitivos.

“Como que se quer que mantenha competitividade em um contexto de competitividade como este?”, questionou Gomes, emendando que tem de se aplaudir o desempenho do agro brasileiro, mas lembrar que desde 2003 ele conta com o Plano Safra.

ATAcando o PROBLEMA DE FRENTE

No evento, que teve também apoio institucional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os palestrantes expuseram as causas da redução da participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro nos últimos anos - essa fatia era de quase 25%, em meados da década de 1980, e recuou, no ano passado, para algo em torno de 10%.

Uma indústria fraca costuma resultar em produtividade baixa, o que se reflete na própria atividade econômica brasileira — que vem patinando nos últimos anos, alternando quedas e crescimentos medíocres.

Política industrial

“Precisamos fazer mais do que discutir a questão fiscal. Temos de ter estratégia, uma missão. A reindustrialização precisa vir de uma política de Estado”, resumiu Rafael Lucchesi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI.

O Brasil é o país que mais retrocedeu



“Precisamos fazer mais do que discutir a questão fiscal. Temos de ter estratégia, uma missão. A reindustrialização precisa vir de uma política de Estado.”

Rafael Lucchesi,

diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI

em termos de competitividade, afirmou, por causa de uma ausência de políticas industriais ativas, diferentemente do que ocorre com os países mais ricos, que despejam atualmente quase US\$ 13 trilhões nesse tipo de política. “O rentismo sem produção também vai condenar o futuro no Brasil”, disse Lucchesi.

“O Brasil tem pressa. Instituições como o BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*) precisam vigiar os interesses nacionais, o que passa por elencar áreas prioritárias para a inovação”, afirmou o economista Paulo Rabello, presidente do BNDES no governo

ATAcando o PROBLEMA DE FRENTE

Michel Temer (2016-2019). Na visão dele, o próprio BNDES, hoje, teria condições de dobrar o crédito concedido, mantendo a segurança. “O Brasil não tem paralelo em nenhum lugar do mundo, em termos do que é feito errado na concessão de crédito para o setor produtivo.”

Até por isso, o economista avalia como positiva a chegada do Plano Mais Produção, deflagrado no início do ano. “É o BNDES começando, novamente, a vislumbrar o seu papel.” O objetivo estratégico do plano é mobilizar aproximadamente R\$ 250 bilhões do BNDES para o apoio a projetos de neindustrialização até 2026. Apesar de apontar para a dire-

ção correta, ainda falta para o Brasil um plano mais robusto, voltado para a inovação industrial.

“Não há integração”, disse Rabello. “O País não tem plano nenhum. É muito confortável para o governo federal: se você não sabe para onde vai, não consegue ser cobrado. São muitas incongruências.” Critérios objetivos, como, por exemplo, se determinada ação vai ou não aumentar o coeficiente de inovação de um determinado setor sempre devem estar presentes, afirmou.

Crédito

“A indústria é o setor que impulsiona a produtividade da economia como um todo”, disse o economista Bráulio Borges, da LCA Consultores e pesquisador associado do Ibre/FGV. “Diferentemente do setor de serviços e do agronegócio, a indústria é extremamente intensiva em capital físico. Para obtê-lo, muitas vezes é necessário recorrer a empréstimos ou capital de terceiros, como sócios. Em um país com juros altos, tanto a taxa básica quanto o spread bancário (a diferença entre os juros que os bancos pagam e cobram), o setor



“O País não tem plano nenhum. É muito confortável para o governo federal: se você não sabe para onde vai, não consegue ser cobrado. São muitas incongruências.”

Paulo Rabello,
economista

ATAcando o PROBLEMA DE FRENTE

mais prejudicado é naturalmente aquele mais intensivo em capital, ou seja, a indústria. Se a indústria não consegue investir, ela não consegue viabilizar inovação nem ganhos de produtividade. Como diz Paul Krugman, ‘produtividade não é tudo, mas no longo prazo é quase tudo’. Na prática, restringir o crédito e o acesso ao capital para a indústria prejudica o desenvolvimento econômico do País.”

PLANO MAIS PRODUÇÃO TEM COMO OBJETIVO ESTRATÉGICO MOBILIZAR R\$ 250 BILHÕES DO BNDES PARA PROJETOS DE NEOINDUSTRIALIZAÇÃO ATÉ 2026

“A comparação com o Plano Safra é pertinente, pois o agronegócio, que teve um desempenho pujante nos últimos 20 a 25 anos, recebe financiamento anual cinco vezes maior do que o proposto para a nova indústria brasileira. Há um claro diagnóstico de deficiência de financiamento na indústria”, afirmou Bráulio Borges.

“Existem algumas iniciativas para melhorar essa situação, como a duplicata eletrônica e a melhoria da lei de falências, que buscam facilitar o acesso ao crédito e reduzir seu custo. Essas medidas, no entanto, ainda são insuficientes. Algumas reformas estão na lei, mas não funcionam na prática. O cadastro positivo de crédito, por exemplo, aprovado inicialmente em 2011 e reformulado em 2019, ainda não funciona bem para pessoas jurídicas. Assim, muitas reformas necessárias para melhorar o acesso ao crédito e reduzir seu custo ainda não estão efetivas na prática. É crucial continuar trabalhando nessas áreas para garantir que a indústria possa obter o financiamento necessário para impulsionar a produtividade e o desenvolvimento econômico do Brasil.”

“O setor não consegue se financiar com esse custo”, afirmou o economista Paulo Gala, do Banco Master. “Com uma taxa de juros muito alta, não se consegue comprar as máquinas e os equipamentos necessários. Entramos em uma situação em que apenas a parte tradicional dos serviços simples da economia se expande, e esses serviços são mais infla-

ATAcando o PROBLEMA DE FRENTE

cionários do que o setor industrial.”

Existe crédito para financiar a indústria, observou Mário Bernardini, conselheiro do Conselho Superior de Economia (Cosec), da Fiesp. O problema, de acordo com o executivo, é que esse financiamento é insuficiente e caro. Segundo Bernardini, o sistema financeiro nacional empresta para a indústria no Brasil algo em torno de 20% do PIB. A média da União Europeia é de 75% do PIB, nos Estados Unidos e no Japão, quase 100%, e na China, 150% do PIB.

“Comparado com isso não temos financiamento. Mas não temos financiamento porque o brasileiro não gosta de pegar dinheiro emprestado? Não. Ele pega dinheiro emprestado todos os dias. O problema é que, se a gente fizer a conta, esses 20% do PIB que a indústria pega, comparados com o faturamento, vão a 33%”, contabiliza Bernardini.

A conta considera o faturamento da indústria, de R\$ 6,8 trilhões em 2022, com PIB de R\$ 10 trilhões. “Fazendo a relação, os 20% do PIB dão 33%. A gente não toma mais recursos porque, a custos correntes no Brasil, o capital

de giro é acima de 20%. Tomando financiamento de 33%, tenho um custo final sobre meu faturamento de 6%. Como a margem da indústria é de 8%, se eu tomar mais de 33% de financiamento no Brasil, eu quebro”, disse Bernardini, acrescentando que o custo do financiamento passa a ser maior do que o lucro da indústria.

**SISTEMA FINANCEIRO
EMPRESTA PARA A INDÚSTRIA
NO BRASIL 20% DO PIB. A
MÉDIA DA UNIÃO EUROPEIA
É DE 75%; NOS EUA, QUASE
100%, E NA CHINA, 150%**

“Se o financiamento é a seiva que alimenta a indústria, são os vampiros que estão se alimentando - a indústria, não. Então, se você me pergunta se temos financiamento, a resposta é essa: pouco e caro”, completou.

Juro

“Ao longo dos últimos 30 anos, se nós tivéssemos aplicado R\$ 100 em CDI, títulos públicos sem qualquer spread

ATAcando o PROBLEMA DE FRENTE

bancário, teríamos hoje R\$ 8.043, enquanto um bem ou serviço que custava R\$ 100 há 30 anos, hoje, se corrigido pelo IPCA (*Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*), custaria R\$ 808. Ou seja, a taxa de juro real nestes 30 anos é dez vezes maior que a taxa de inflação”, disse Josué Gomes, presidente da Fiesp, acrescentando que no Brasil viver de renda se tornou um bom negócio e produzir, um péssimo negócio.

“Mesmo se levarmos em consideração os últimos 25 anos desde a criação do tripé macroeconômico colocado em prática pelo (*ex-presidente do Banco Central*) Armínio Fraga, nós vamos ver que a taxa de juro, em média, foi de 12,4%, contra uma taxa de inflação de -6,5%. Taxa de juros real de 6% ao longo de 30 anos, sendo que vivemos com taxas de juros negativas no mundo desde 2008”, criticou o presidente da Fiesp.

Para Winston Fritsch, empresário, professor, consultor e conselheiro emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), o Brasil tem condições de reduzir juros no curto e médio prazos, voltando a fomentar o desenvolvimento da indústria.



“Eu sou um otimista e estou bastante positivo em relação ao período pós-2025. É necessário acreditar que o ministro (da Fazenda, Fernando) Haddad continuará realizando o trabalho sério que está fazendo e manterá o arcabouço fiscal.”

Winston Fritsch,
empresário

“Eu sou um otimista e estou bastante positivo em relação ao período pós-2025. É necessário acreditar que o ministro (da Fazenda, Fernando) Haddad continuará realizando o trabalho sério que está fazendo e manterá o arcabouço fiscal (*mecanismo de controle do endividamento do governo*) em funcionamento. Com isso, a restrição doméstica poderá desaparecer e a restrição externa será completamente transformada”, afirmou.

Reforma tributária

De acordo com Cornelius Fleischhaker,

ATAcando o PROBLEMA DE FRENTE

economista sênior do Banco Mundial baseado no Brasil, a reforma tributária brasileira, mesmo não colocando o sistema tributário nacional entre os melhores do mundo, deixará o País acima da média, o que continua sendo positivo.

“Não vai mudar bruscamente o sistema de tributação do dia para a noite. E não é coincidência ela chegar apenas agora, depois de muita resistência. O fato de termos uma transição paulatina ajudou a quebrar as contrariedades”, explica o economista, para quem



“(A reforma tributária) Não vai mudar bruscamente o sistema de tributação do dia para a noite. E não é coincidência ela chegar apenas agora, depois de muita resistência. O fato de termos uma transição paulatina ajudou a quebrar as contrariedades”

Cornelius Fleischhaker,
economista sênior do Banco Mundial

um dos níveis importantes alterados a partir da regulamentação da lei é o da tributação indireta. “Outra coisa importante é que o investimento a ser feito no Brasil, a partir desse novo cenário, vai ser feito sobre outras premissas, o que deverá melhorar o ambiente de negócios, de forma contínua, durante essa próxima década (*tempo necessário para toda a reforma entrar em vigor*).”

“A reforma tributária, depois de muito tempo, fará com que o Brasil deixe de ser um manicômio e se torne apenas um pandemônio”, disse o economista Paulo Rabello, presidente do BNDES no governo Michel Temer.

“A indústria é a maior beneficiária da reforma”, afirmou Melina Rocha, consultora especialista em temas tributários. “A carga e a cumulatividade sobre o setor são muito altas, e agora isso vai mudar”, apontou a especialista, que prestou assessoria técnica para o governo brasileiro, diretamente do Canadá, em meio a estudos de modelos do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) adotados no exterior.

“O aumento de produtividade no setor industrial deve crescer 8%,

ATAcando O PROBLEMA DE FRENTE

enquanto a atividade do setor em si pode crescer até 25%. Além disso, outra vitória da indústria é que muitos itens terão alíquotas reduzidas ou até zeradas. Assim como o reembolso do chamado resíduo tributário (*imposto pago em excesso ao longo da cadeia*), em um cenário conservador, poderá ser feito pelo governo em até 180 dias”, explicou a consultora.

Um dos pontos que o texto da reforma promulgado em dezembro passado vai atacar, segundo Melina, é o do resíduo tributário. A partir da entrada em vigor da reforma, o que vai ocorrer de forma escalonada durante anos, o empresário brasileiro terá como recuperar todo o tributo residual pago por ele ao longo da cadeia. “A indústria exporta hoje 10% do resíduo tributário. Como a indústria nacional vai conseguir competir internacionalmente dessa forma?”, questionou Melina, afirmando que esse é um quadro que tende a mudar no médio prazo.

Segurança pública

Além das questões fiscal e tributária, segundo Carlos Erane de Aguiar, pre-



“Atividades ilegais cibernéticas, como roubo de propriedade intelectual, têm um impacto devastador para toda a sociedade”

Carlos Erane de Aguiar,
presidente da Firjan

sidente da Firjan, a falta de segurança pública é outro gargalo que gera bilhões de reais em prejuízos. Desde o deslocamento do trabalhador, passando pela perda de patrimônio, até questões envolvendo roubo de energia, de água e crimes eletrônicos, como fraudes, precisam ser atacados.

“Atividades ilegais cibernéticas, como roubo de propriedade intelectual, têm um impacto devastador para toda a sociedade”, disse Aguiar. “Toda a insegurança na indústria precisa ser tratada como uma abordagem integrada.”

JUROS EM ALTA E RISCO FISCAL: COMO AS INCERTEZAS NA ECONOMIA AFETAM A INDÚSTRIA?

● A desvalorização do real em relação ao dólar e os efeitos do clima devem continuar provocando impactos negativos na inflação neste fim de ano e no início de 2025. Com as expectativas de inflação fugindo da meta, o Banco Central começou um ciclo de alta da taxa Selic. De acordo com analistas consultados pelo **Estadão/Broadcast**, pesa também sobre este prolongamento do aperto no juro a preocupação com os rumos da política fiscal do Brasil.

Como a conjuntura atual afeta o setor industrial do País? Os juros mais altos vão inibir planos de investimentos das grandes empresas? O real desvalorizado, por outro lado, pode ajudar a

impulsionar exportações? O governo deve fazer políticas públicas voltadas para o setor para tentar amenizar o problema?

Para discutir esses assuntos, o podcast Dois Pontos, apresentado por Roseann Kennedy, colunista do **Estadão**, convidou o economista Marcos Mendes, doutor em Economia pela USP e pesquisador associado do Insper, e Jorge Arbache, professor da Universidade de Brasília (UnB), ex-vice-presidente de setor privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe e economista-chefe do Ministério do Planejamento no governo Michel Temer.

[>> Veja o episódio na íntegra](#)

Reindustrialização precisa ser uma política de Estado, diz diretor da CNI

EDUARDO GERAQUE

O crescimento exponencial da economia brasileira, tendo a indústria como base, entre as duas grandes guerras mundiais no século passado dá uma pista da janela de oportunidades que o Brasil tem hoje. A avaliação é de Rafael Lucchesi, diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“O Brasil cresceu na crise de hegemonia no século passado. Durante cinco décadas, foi um dos países que mais cresceram no mundo”, disse. “O momento atual é semelhante, apesar de condições fiscais não tão favoráveis.”

Para sustentar sua argumentação, Lucchesi afirma que há três processos em curso atualmente em termos mundiais: a nova revolução industrial baseada no big data, na internet das coisas e na inteligência artificial; os extremos climáticos, que fazem acelerar a necessidade da transição energética; e a nova geopolítica, que mostra um descolamento entre o Ocidente e o Orien-

te, assim como aconteceu no século passado, entre os anos 1920 e 1980.

Mais ambição

“Precisamos fazer mais do que discutir a questão fiscal. Temos de ter estratégia, uma missão. A reindustrialização precisa vir de uma política de Estado”, disse Lucchesi. Se de um lado a janela de oportunidades que o setor industrial brasileiro tem é estreita, de outro, precisa haver mais ambição, defende o representante da CNI.

O Brasil é o país que mais retrocedeu em termos de competitividade, segundo Lucchesi, por causa de uma ausência de políticas industriais ativas, ao contrário do que ocorre com os países mais ricos. “O rentismo sem produção também vai condenar o futuro no Brasil.”

Distorções

Se do ponto de vista estratégico o setor industrial precisa de um Plano Safra para chamar de seu - uma das políticas públicas que sustentam o crescimento do agronegócio durante 20 anos -, a questão tributária ainda gera apreensão, segundo Rafael Cervone, presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Entre outros pontos, porque a lista extensa de benefícios tende a gerar distorções nos ganhos da reforma tributária em curso no Congresso. Ele aponta também para a necessidade de endereçar a “dormente” reforma administrativa.

ENTREVISTA IGOR ROCHA

‘País tem posição bastante positiva em relação à transição verde’, diz economista-chefe da Fiesp

DIEGO LAZZARIS

O Brasil tem a oportunidade de desenvolver uma economia mais sustentável, que atraia recursos e estimule o crescimento do emprego e da renda, se souber aproveitar suas vantagens naturais para liderar em setores estratégicos de inovação e tecnologia. A avaliação é do economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Igor Rocha.

ENTREVISTA

“Precisamos fazer uma transformação produtiva nos nossos setores e na nossa economia, especialmente para conquistar mercados com setores de média tecnologia, que são intensivos em inovação e tecnologia, além de promover a disseminação de inovações para o restante da economia”, afirma Rocha. Segundo ele, nesse sentido, o Brasil tem uma posição “bastante singular e positiva, principalmente em relação à sustentabilidade e à transição verde”.

“O País está sendo colocado no centro das instituições globais como uma economia com um potencial fantástico, dadas, obviamente, suas dotações naturais que atraem esse tipo de capital”, diz.

Para o economista, o custo elevado do crédito e a carga tributária extremamente alta no País penalizaram na última década a indústria brasileira. A reforma tributária traça, portanto, um cenário positivo para o futuro do setor. “No futuro, podemos fazer revisões nesses tratamentos diferenciados introduzidos pela reforma tributária, buscando criar um ambiente tributário mais justo e isonômico entre os setores”, defende.

Rocha diz que a insegurança jurídica



“O País está sendo colocado no centro das instituições globais como uma economia com um potencial fantástico, dadas, obviamente, suas dotações naturais que atraem esse tipo de capital.”

ainda gera dificuldades para o investimento de longo prazo. Segundo ele, embora o período de adaptação à reforma tributária seja longo, as mudanças também poderiam ajudar a reduzir a judicialização tributária.

Leia, a seguir, trechos da entrevista com o economista.

Como fazer com que a indústria volte a ganhar competitividade e protagonismo na economia brasileira?

De fato, a indústria teve uma queda bastante acentuada na participação do PIB (*Produto Interno Bruto*) nos últimos 30 anos, e isso se deve a uma conjunção de fatores. Um dos principais motivos é o

ENTREVISTA

custo do crédito, que é muito elevado no setor industrial. Outro ponto é a questão tributária. A indústria, sobretudo a de transformação, tem uma carga tributária extremamente elevada quando comparada a outros setores. Nesse sentido, a reforma tributária é muito positiva, porque trará mais transparência, evidenciando claramente quais setores pagam muito, quais pagam pouco e quais nada pagam. No futuro, podemos fazer revisões nesses tratamentos dife-

renciados introduzidos pela reforma tributária, buscando criar um ambiente tributário mais justo e isonômico entre os setores. Assim, aqueles que forem mais competentes poderão performar melhor, sem as distorções que muitas vezes fazem parecer que o setor A, B ou C é mais competente que o D, E ou F, sem uma análise adequada dos fatores por trás disso.

A burocracia e a insegurança jurídica também são vistas como entraves para o desenvolvimento da indústria. Como melhorar isso?

Toda a incerteza, por mais que seja de curto prazo, gera uma dificuldade para o investimento de longo prazo, porque a imprevisibilidade traz insegurança. A insegurança jurídica é um dos componentes do chamado ‘custo Brasil’ que os empresários frequentemente mencionam. Existem outros fatores, mas a insegurança jurídica é um dos mais comumente abordados. Isso é muito custoso para as empresas. Quando você está planejando um investimento, como fábricas e plantas industriais, que geralmente envolvem volumes de investimento bastante vultosos, a falta de clareza e segurança



“Outro ponto é a questão tributária. A indústria, sobretudo a de transformação, tem uma carga tributária extremamente elevada quando comparada a outros setores. Nesse sentido, a reforma tributária é muito positiva, porque trará mais transparência, evidenciando claramente quais setores pagam muito, quais pagam pouco e quais nada pagam.”

ENTREVISTA

jurídica cria um ambiente muito adverso para o investimento produtivo. A famosa frase ‘no Brasil, até o passado é incerto’ reflete bem essa situação, tornando o ambiente ainda mais desafiador para quem quer investir. Sem dúvida, a reforma tributária também ajuda a melhorar a segurança jurídica e se espera que reduza a judicialização tributária. Embora o período de adaptação seja longo, essa mudança é um fator positivo. Hoje, a insegurança jurídica afeta diversas formas de investimento e alguns pesquisadores apontam que isso também influencia nas altas taxas de juros no Brasil.

Existem setores específicos que poderíamos focar para aumentar a competitividade da indústria?

Precisamos fazer uma transformação produtiva nos nossos setores e na nossa economia, especialmente para conquistar mercados com setores de média tecnologia, que são intensivos em inovação e tecnologia, além de promover a disseminação de inovações para o restante da economia. Nesse sentido, o Brasil tem uma posição bastante singular e positiva, principalmente em



“Hoje, a insegurança jurídica afeta diversas formas de investimento e alguns pesquisadores apontam que isso também influencia nas altas taxas de juros no Brasil.”

relação à sustentabilidade e à transição verde. Temos setores de energias renováveis, como a eólica, além do hidrogênio verde e a exploração da eólica offshore. O Brasil pode, sem dúvida, atrair muito capital para essa agenda. O País está sendo colocado no centro das instituições globais como uma economia com um potencial fantástico, dadas, obviamente, suas dotações naturais que atraem esse tipo de capital. A entrada desses recursos pode fomentar significativamente o crescimento do emprego e da renda. É uma oportunidade para desenvolvermos uma economia mais sustentável e competitiva globalmente, aproveitando nossas vantagens naturais para liderar em setores estratégicos de inovação e tecnologia.

ENTENDA OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA PARA VOLTAR A CRESCER

>> O papel do governo no resgate industrial foi tema do podcast Dois Pontos, apresentado pela colunista do Estadão Roseann Kennedy. Participaram do programa Cláudio Considera, doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), e Mauricio Canêdo, doutor em Economia pela FGV, consultor e professor-adjunto na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ).

● Baixa produtividade

A indústria já chegou a representar 35% do PIB brasileiro, mas perdeu sua posição ao longo das últimas décadas. Segundo Cláudio Considera, esse comportamento é normal. O problema está na baixa produtividade, que faz com que o Brasil não consiga competir com os demais países. Para Mauricio Canêdo, qualquer política pública de apoio à indústria só funciona se “conseguir fazer com que a indústria reverta essa estagnação ou redução de produtividade dos últimos 30, 40 anos”.

● Lições da Coreia do Sul

Na década de 1950, Brasil e Coreia do Sul, países com rendas per capita

semelhantes, colocaram em prática suas políticas industriais. Mas, diferentemente dos sul-coreanos, os brasileiros não viram a mesma expansão. Isso porque o Brasil desenha suas políticas industriais sem data para acabar, o que dificulta a posterior retirada do apoio dado pelo governo, conforme explica o doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas Mauricio Canêdo. “O desenho das políticas industriais brasileiras, normalmente, é muito ruim. Política industrial que implica em algum tipo de proteção e de subsídio à indústria precisa ter data para terminar. Nós estamos falando de política de apoio ao setor automotivo desde 1950. Já era para ter ficado competitivo”, diz.

ENTENDA OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA PARA VOLTAR A CRESCER

● Falhas repetidas

Lançado pelo governo Lula no começo do ano, o Nova Indústria Brasil, plano de estímulo ao setor industrial nacional, repete falhas de políticas anteriores. Segundo especialistas, o foco deveria estar na capacidade de competir com outros países, mesmo que nem todos os setores correspondam às expectativas de competitividade. “Algumas medidas (*do Nova Indústria Brasil*) padecem desse mal. A métrica de sucesso deveria ser a produção competitiva. A gente precisa quebrar esse ciclo vicioso. Precisamos de políticas públicas que alavanquem a produtividade e tornem essa indústria competitiva”, afirma Canêdo.

● Novo programa, mesmos riscos

Na tentativa de beneficiar produtos e fornecedores nacionais, o governo Lula incluiu a política de margens de preferência e a política de conteúdo local no pacote do Nova Indústria Brasil. No entanto, especialistas alertam para os riscos que essas medidas podem gerar em alguns setores industriais. “No Nova Indústria Brasil há vários exemplos de coisas ruins que foram feitas no passado. Ali tem mais do mesmo e do mesmo que foi ruim”, afirma Cláudio Considera.

JÚLIA PEREIRA

**[>> Veja os vídeos do
Vodcast Dois Pontos](#)**

ENTREVISTA

BRAÚLIO BORGES

‘Restringir o crédito para a indústria prejudica o desenvolvimento do País’, diz economista

DIEGO LAZZARIS

A indústria é o setor que impulsiona a produtividade da economia como um todo, mas para isso depende de “capital intensivo”, portanto, é fundamental encontrar uma forma de financiar a reindustrialização de que o Brasil precisa, observa o economista Bráulio Borges, da LCA Consultores e pesquisador associado do Ibre/FGV.

Na entrevista abaixo, ele ressalta as reformas ainda necessárias e explica por que a questão do crédito para o setor industrial precisa mudar no País. Leia os principais trechos:

ENTREVISTA

Como a dificuldade de acesso ao crédito afeta o crescimento da indústria brasileira?

A indústria é o setor que impulsiona a produtividade da economia como um todo. Ao contrário do setor de serviços e do agronegócio, a indústria é extremamente intensiva em capital físico (*financiamento*). Para obter esse capital físico, muitas vezes é necessário recorrer a empréstimos ou capital de terceiros, como sócios. Em um país com juros altos, o setor mais prejudicado é naturalmente aquele mais intensivo em capital, ou seja, a indústria. Se a indústria não consegue investir, ela não consegue viabilizar inovação nem ganhos de produtividade. Na prática, restringir o crédito e o acesso ao capital para a indústria prejudica o desenvolvimento econômico do País. Por isso, há uma grande preocupação com o financiamento da indústria.

Fala-se no Plano Safra como uma referência de impulsionamento de um setor - neste caso, o agronegócio. A indústria precisa de algo equivalente?

A comparação com o Plano Safra é pertinente, pois o agronegócio, que teve um desempenho pujante nos últimos 20 a 25 anos, recebe financiamento anual cinco vezes maior do que o proposto para a nova indústria brasileira. Há um claro diagnóstico de deficiência de financiamento na indústria. Existem algumas iniciativas para melhorar essa situação, como a duplicata eletrônica e a melhoria da lei de falências, que buscam facilitar o acesso ao crédito e reduzir seu custo. No entanto, essas medidas ainda são insuficientes.

O que é preciso?

Algumas reformas estão na lei, mas não funcionam na prática. O cadastro positivo de crédito, por exemplo, aprovado inicialmente em 2011 e reformulado em 2019, ainda não funciona bem para pessoas jurídicas. Assim, muitas reformas necessárias para melhorar o acesso ao crédito e reduzir seu custo ainda não estão efetivas na prática. É crucial continuar trabalhando nessas áreas para garantir que a indústria possa obter o financiamento necessário para impulsionar a produtividade e o desenvolvimento econômico do Brasil.

ENTREVISTA

O mercado de capitais é uma opção viável para o financiamento da indústria no País?

O mercado de capitais é grande e possui um custo acessível, sendo bem mais barato do que o mercado de crédito. No entanto, o público que tem acesso ao mercado de capitais é muito restrito. Das 330 mil empresas industriais no Brasil, apenas 30 mil realmente conseguem acessar o mercado de capitais. Estas são empresas médias e grandes, que têm uma estrutura de governança contábil que permite essa entrada. Para as outras 300 mil empresas, as opções são basicamente o mercado de crédito bancário e o capital de terceiros, como sócios. Embora o mercado de capitais tenha se desenvolvido bastante no Brasil, inclusive com subsídios para LCA (*Letra de Crédito do Agronegócio*) e LCI (*Letra de Crédito Imobiliário*), que reduzem a taxa, ele ainda atende a um público muito restrito. É aqui que entra o papel do BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*) e de outros bancos regionais, que tentam corrigir essas falhas de mercado, oferecendo linhas de crédito onde

os bancos privados não ofertam ou onde os custos são elevados demais, inviabilizando o acesso ao crédito para essas empresas.

Quando falamos de micro e pequenas indústrias, a situação de financiamento é ainda mais complexa?

Muitas dessas empresas são semi-formais e não estão completamente regularizadas. Elas têm uma relevância significativa no setor industrial brasileiro, especialmente na geração de empregos. Embora não sejam tão relevantes em termos de valor adicionado ou PIB (*Produto Interno Bruto*) gerado, sua importância no mercado de trabalho é inegável. Essas empresas enfrentam mais dificuldades no acesso ao crédito. O BNDES tenta fazer isso com algumas linhas de crédito, oferecendo juros mais baixos. No entanto, muitas, especialmente as muito pequenas, são quase informais. Para essas empresas que estão na informalidade, na prática, o acesso ao crédito é praticamente inexistente.

AMBIENTE ECONÔMICO

‘Programa de apoio à indústria é fraco, com política tímida de estímulo’, afirma empresário

ENTREVISTA MÁRIO BERNARDINI

IVO RIBEIRO

O empresário Mário Bernardini, engenheiro formado pela Escola Politécnica que atuou por mais de 50 anos na atividade industrial, critica o programa do governo federal voltado à reindustrialização do País, o Nova Indústria Brasil (NIB). “É fraco, com uma política muito tímida de estímulo. Conta com apenas R\$ 75 bilhões por ano para toda a indústria. Não sei se vai resolver, porque o ambiente econômico brasileiro atual não permite”, afirma, referindo-se às pesadas taxas de juros, ao elevado custo de capital e à falta de uma estrutura eficiente de crédito para a indústria de transformação.

ENTREVISTA

Bernardini diz que a indústria de transformação brasileira vai mal. “Já representou 35% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e atualmente varia entre 9% e 12%. Não se trata de falta de uma política industrial, como a que ocorreu mais de 40 anos atrás. Ela carece de um ambiente favorável, que abrange câmbio estável, juros e inflação baixos e crédito em condições e custos competitivos”, diz o empresário, que integra o Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e assessora a presidência da Abimaq (entidade da indústria de máquinas e equipamentos) e a Abrava (associação dos fabricantes de equipamentos de refrigeração e ar-condicionado).

“Como outros países criam demanda para sua indústria básica?”, pergunta. “Com investimentos em infraestrutura, que requerem desde máquinas até materiais de construção para obras de portos, hidrelétricas e outras.” Nos anos de 1970, 1980, diz, o Brasil investia de 6% a 8% do PIB em infraestrutura, com demanda gerada diretamente para a indústria nacional. Com a crise do petróleo e a quebra do País,

“isso mudou: caímos de 8% para 2%”, e acrescenta: “É nesse momento que a indústria de transformação brasileira entra num processo de encolhimento e destruição”.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Na sua visão, com décadas de vivência no meio industrial, qual a situação da indústria brasileira nos dias atuais?

Temos três categorias de indústria, com diferentes situações: a extrativa, a da construção civil e a de transformação. A extrativa saltou de 2% para 5% do PIB (*Produto Interno Bruto*) do País e tem como destaques Vale, Petrobras e outras empresas. A da construção civil gira em torno de 5% a 6%. Já a indústria de transformação vai mal. Chegou a representar 35% do PIB e hoje varia entre 9% e 12%. É uma diferença brutal entre esses três setores. Isso se deve a várias razões que vimos nos últimos 40 anos, fruto de muitas razões de políticas de governo. Não se trata de uma falta de política industrial, que é voltada para mudar

ENTREVISTA

a estrutura produtiva de um país. Nos anos 1950, 1960, o Brasil precisava de uma política para passar de uma economia agrária para uma de base industrial. Hoje, isso é focado naquilo que chamamos de setores do futuro, para não ficarmos fora do jogo global.

Do que a indústria, principalmente a de transformação, precisa para não perder ainda mais peso na economia do País?

A indústria precisa de juro baixo, pois a média do resultado (*lucro líquido*) das empresas é de 8% a 10%. Isso, considerando as melhores companhias, as de capital aberto, sem incluir o setor financeiro. Mas o que vemos? Um juro que custa mais do que isso, o que é um contrassenso. Uma das razões de um ambiente econômico favorável é manter o juro abaixo do retorno médio de capital empregado pelas empresas. Em um país que paga mais para quem faz aplicação financeira em detrimento do investimento na produção, a indústria não avança, não vai para frente. Quando se decide montar uma fábrica local de chips, o governo aporta US\$ 20 bilhões e suporta até

ganhar escala — isso é uma política de desenvolvimento econômico. Aqui, temos o exemplo da Embraer, que o governo suportou e ela levou de 10 a 15 anos para aprender a fazer aviões. Criou mercado para a mão de obra especializada em aeronáutica. É assim que se faz e é assim no mundo todo.

Na sua opinião, então, são necessários alguns fatores cruciais?

Sim. Um deles é um ambiente macroeconômico favorável, com juro baixo e câmbio estável e competitivo (*com uma taxa de juro de equilíbrio*). Isso aconteceu poucas vezes no Brasil nas últimas três décadas, entre 2004 e 2006. Estava ajustado, mas depois o presidente Lula deixou ocorrer apreciação em favor de uma balança comercial superavitária, o que se verificou em 2008, 2009. Sem essas três condições, mesmo que se adote uma política industrial, não vai dar certo. Isso vimos em alguns governos, passando pelo de Lula e da Dilma (*Roussseff, de 2011 a 2016*), que fizeram políticas que não deram certo. A culpa não é da política industrial, mas do ambiente econômico hostil que é criado ao investimento produtivo.

ENTREVISTA

De forma geral, na sua avaliação, o Brasil deixou de ser um país competitivo?

É isso. Temos muitas multinacionais aqui que produzem no estado da arte, mas não conseguem exportar porque o País não é competitivo — mesmo com a mesma tecnologia trazida da matriz, o mesmo produto e o mesmo processo. A depender de cada setor e da cadeia produtiva, aqui o custo é de 25% a 35% superior ao da Alemanha. É o chamado custo Brasil. Dessa forma, uma alíquota de importação média de 11% não protege a indústria. É alta em relação aos países emergentes, de 8%, mas não protege. Câmbio e alíquota são duas faces da mesma moeda: se me derem câmbio a R\$ 6, por exemplo, a proteção poderia ser reduzida de 10% para 5%.

No cenário de hoje, o que o senhor aponta como prioritário para que a indústria se mantenha competitiva?

A indústria, para crescer, precisa de um ambiente favorável. Se eu der câmbio ajustado, juro baixo e inflação baixa, ela pode crescer ou não crescer. É o que chamo de condições necessárias. Mas ainda não é suficiente. Para isso, preci-

sa de crédito, e principalmente de demanda. Como os outros países criam demanda para sua indústria básica? Com investimentos em infraestrutura, que requerem desde máquinas até materiais de construção. Obras de portos, hidrelétricas. Nos anos 1970, 1980, o Brasil investia de 6% a 8% do PIB em infraestrutura, com demanda gerada direto para a indústria nacional. A partir dos anos 1980, o País quebra e tem a crise do petróleo, aí caímos de 8% para 2%. É a partir desse momento que a indústria de transformação brasileira começa a encolher. Ao mesmo tempo, vimos uma queda de demanda e o surgimento de um ambiente hostil, visto a partir do Plano Real, que foi um feito e tanto mas que adotou a âncora cambial para estabilizar a moeda. Vimos juros de até 45% ao ano. A indústria foi submetida a um choque violento.

Quais foram as consequências disso?

Dois problemas. Acabaram com a indústria de transformação do País, reduzida à metade, e a dívida pública virou uma bola de neve. Para atrair

ENTREVISTA

capital, teve de pagar juros elevados, para recompor as reservas. Do nosso estoque da dívida, R\$ 7 trilhões a R\$ 8 trilhões, cerca de 80% são juros capitalizados, não gastos do governo. E continua a brincadeira. Com o que pagamos de juros reais ao ano, descontada a inflação, não se resolve o superávit primário que está aí pedido. Teria de ser entre R\$ 300 bilhões e R\$ 400 bilhões. Praticamente impossível.

O Brasil dispõe de mecanismos de financiamento para o setor industrial?

O governo lançou o programa Nova Indústria Brasil (NIB), voltado para a reindustrialização. Não sei se vai resolver, porque o ambiente existente não deixa. E é uma política muito tímida: tem somente R\$ 75 bilhões por ano para toda a indústria. É com dinheiro do BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*), que empresta com juro baseado na TLP (Taxa de Longo Prazo), de 12%. Com o spread bancário, num banco privado, o custo para uma empresa que for buscar dinheiro para comprar uma máquina sobe para 16% a 18%, enquanto

a indústria tem ganho líquido de 8%. Não é possível pagar. Resumindo: o dinheiro do programa é pouco e é caro. Bem diferente do agronegócio, que é competitivo e que tem um Plano Safra de R\$ 450 bilhões, mas não paga quase nada de impostos — só 5%. A indústria arrecada 40% (*de tributos*) e tem um plano de R\$ 75 bilhões, com custo de até 18%. Há uma absoluta falta de isonomia por parte do governo entre todos os setores econômicos.

Qual sua avaliação sobre o sistema de crédito existente no País para a indústria?

O que nos é destinado pelo sistema financeiro representa apenas 20% do PIB nacional, enquanto para pessoas físicas chega a 30%. Não temos um sistema de crédito eficiente. Se houvesse, criaria um ambiente favorável ao setor. Se o governo investisse 2% a 3% em infraestrutura, o setor privado acompanharia na mesma proporção. Então teríamos 5% do PIB, e isso geraria demanda para a indústria e alavancaria o crescimento do País.

CAMINHOS PARA A NEOINDUSTRIALIZAÇÃO

>> O governo brasileiro apresentou, no início de 2023, o Nova Indústria Brasil (NIB), programa para reverter a desindustrialização precoce do País. O plano de neoindustrialização promete estimular o desenvolvimento produtivo e tecnológico, bem como aumentar a competitividade. Dividido em seis missões, o NIB lançou em setembro uma nova fase do programa, Brasil Mais Produtivo (B+P), com foco na transformação digital em micro, pequenas e médias empresas. Diante dos esforços da nova política industrial, quais são as projeções para a indústria brasileira nos próximos anos?

Para discutir o assunto, o vodcast Dois Pontos, apresentado por Roseann Kennedy, colunista do Estadão, recebeu o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes. Veja os principais trechos:

● Crença no crescimento do setor

Questionado sobre a possibilidade de a indústria recuperar a representatividade no Produto Interno Bruto (PIB), como no passado, o vice-presidente Geraldo Alckmin expressa sua crença no crescimento do setor. Ele, no entanto, ressalta que é desafiador estimar uma proporção exata da indústria no PIB. Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, enfatiza que o Nova Indústria Brasil (NIB) deve abordar as causas dos problemas existentes, com o objetivo de tornar a indústria mais inovadora, competitiva e sustentável. “Se a gente pegar o PIB do segundo trimestre (de 2024), ele foi positivo. Primeiro, porque estava sendo esperado 0,9% de crescimento e cresceu 1,4%. Depois,

quando a gente abre esse crescimento, a indústria cresceu 1,8%, e o investimento, 2,1%. A indústria acabou tendo um papel mais importante. Acho que a indústria vai crescer. Difícil dar um número (de peso da indústria no PIB), até porque isso depende da economia mundial, depende da macroeconomia, mas acho que nós vamos ter muitas oportunidades”, afirma o vice-presidente.

● Comprometimento com a indústria

Para o presidente da Fiesp, Josué Gomes, a nova política industrial é crucial para a recuperação do setor. Embora os recursos disponíveis sejam menores que o esperado, ele ressalta que o governo Lula demonstra comprometimento com

CAMINHOS PARA A NEOINDUSTRIALIZAÇÃO

a indústria. “A Fiesp promoveu um estudo que demonstra que a indústria de transformação deveria estar investindo quase R\$ 240 bilhões a mais por ano do que investiu nos últimos dez anos. Mas *(a nova política industrial)* é um passo fundamental, sem o qual a situação estaria ainda pior. E, mais importante: não tem nenhum subsídio, exceto nas linhas de inovação. Pelo contrário, acho que tem é ganho fiscal”, afirma.

● Reforma tributária

Josué Gomes falou sobre os impactos das exceções da reforma tributária no setor industrial. Segundo o presidente da Fiesp, a indústria tem sido afetada, pois tem menos capacidade de conseguir benefícios, em comparação com outros setores. “Podia estar com alíquota de referência de 20,5%. Na lei complementar, falou-se em 26,5%, mas alguns já dizem que pode estar acima de 28%. Como sociedade, temos de entender que esses benefícios dados para um grupo apenas acabam prejudicando a todos. Sendo sincero, a indústria tem sofrido mais com isso,

porque ela tem tido menos capacidade de obter alguns benefícios do que outros setores, e a conta acaba sendo paga pela indústria”, diz.

● Arcabouço fiscal

Para Geraldo Alckmin, a alta da taxa Selic é uma preocupação. Ele aponta que o Brasil, apesar de acumular US\$ 360 bilhões em reservas e ter registrado quase US\$ 100 bilhões em saldo na balança comercial no ano passado, mantém uma das maiores taxas reais de juros do mundo, ao lado de países como Turquia e Rússia. “Cada 1% da Selic é R\$ 48 bilhões por ano a mais para pagar juros. Não tem nada pior para a questão fiscal do que esse aumento da Selic. Essa, sim, é uma preocupação. Quem precisa de financiamento, de crédito, fica com o problema. E quem tem recurso para investir, também não investe.”

/ AMANDA BOTELHO

[>> Veja os vídeos do
vodcast Dois Pontos](#)

O FUTURO É AGORA

Como a indústria
brasileira pode
usar a transição
energética a
seu favor?

O FUTURO É AGORA

CARLOS EDUARDO VALIM,
LÍLIAN CUNHA e
ELISA CALMON (BROADCAST)

O Brasil tem uma posição mais do que privilegiada no mundo quando se fala de transição energética. De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cerca de 85% da matriz elétrica brasileira hoje é considerada energia limpa (hidrelétrica, eólica, solar e biomassa). E o potencial de desenvolvimento das fontes de geração renováveis é imenso.

É uma posição muito diferente da encontrada em outros países e um diferencial importante quando se fala, por exemplo, em atração de investimentos, em um momento em que as questões climáticas se tornam um ponto cada vez mais determinante nas tomadas de decisão de empresas e governos. Apesar disso, ainda há um caminho importante a ser percorrido, principalmente quando se fala de regulação, segurança jurídica e infraestrutura, se o País quer realmente se tornar competitivo nessa área.

Como fazer esse quadro se tornar realidade? Para discutir esse cenário, o **Estadão** promoveu em setembro, no salão nobre da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo, o seminário **Neoindustrialização apoiada pela transição energética — Como unir a política industrial e a política de sustentabilidade**. O evento teve o apoio institucional da Fiesp, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O FUTURO É AGORA

O presidente da Fiesp, Josué Gomes, alertou, na abertura do fórum, para as pressões de grupos de interesse que atuam no Congresso Nacional e que têm levado ao aumento do custo de energia para o setor industrial.

“Existem grupos de interesse, grupos corporativos fazendo lobbies no Congresso, defendendo os seus interesses, que podem ser legítimos, mas deixam de ser na medida em que empurram o custo para outros segmentos da sociedade. E, nesse caso, o custo maior acaba sendo pago pela indústria”, afirmou. O presidente do Ciesp, Rafael Cervone, o diretor de desenvolvimento industrial da CNI e diretor-superintendente do Sesi, Rafael Lucchesi, e o CEO da S.A. O Estado de S. Paulo, Erick Bretas, também estiveram no bloco inicial do evento.

O presidente da Fiesp lembrou, por exemplo, dos chamados jabutis inseridos na privatização da Eletrobras e da elevada alíquota do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), estimada em 28% com as mudanças aprovadas na Câmara dos Deputados, na reforma tributária.

“É uma reforma tributária que co-

loca o Brasil entre os 180 países do mundo que praticam o IVA, mas, ao mesmo tempo, por pressões de grupos de interesse, estamos indo para uma alíquota de referência que, provavelmente, passe dos 28%”, afirmou. “Uma alíquota de 20% seria possível caso não tivéssemos tantas exceções e descontos para vários segmentos que defenderam o seu próprio interesse.”

CERCA DE 85% DA MATRIZ ELÉTRICA BRASILEIRA HOJE É CONSIDERADA ENERGIA LIMPA (HIDRELÉTRICA, EÓLICA, SOLAR E BIOMASSA), SEGUNDO A ANEEL

Josué ainda afirmou que, sem resolver distorções, o País não conseguirá acelerar o seu crescimento econômico. “O Brasil precisa despertar para esses casuísmos, essas questões menores.”

Os palestrantes destacaram as oportunidades para o Brasil com o processo de neointustrialização e a transformação energética em curso. “O que nós estamos olhando é uma construção do

O FUTURO É AGORA



“O que nós estamos olhando é uma construção do futuro que vai determinar o maior bloco de investimentos da humanidade.”

Rafael Lucchesi,

diretor de desenvolvimento industrial da CNI e diretor-superintendente do Sesi

futuro que vai determinar o maior bloco de investimentos da humanidade”, afirmou Lucchesi, lembrando que os efeitos climáticos que afetam o Brasil colocaram uma urgência ainda maior nesse debate. “Os extremos climáticos vieram para ficar.”

Na avaliação de Cervoni, a transição energética é “crucial” para o setor industrial. Ele destacou que, da potência instalada do Brasil, 84,3% são de fontes renováveis de energia. “Além das hidrelétricas, temos avançado nas energias eólica e solar. A nossa indústria vai se beneficiar desse potencial.”

O CEO da S.A. O Estado de S. Paulo,

Erick Bretas, destacou a capacidade de adaptação e renovação que o setor industrial sempre demonstrou diante das mudanças pelas quais a economia passou. “Não é diferente desta vez. A emergência climática colocou no topo das prioridades as questões envolvendo energia renovável, gestão de resíduos e consumo racional de matéria-prima. A nossa geração testemunha os esforços da transição do modelo conhecido como extrair, produzir e descartar para o de economia circular.”

Corrida da regulação

Para Rogério Zampronha, CEO da Prumo Logística e um dos participantes do evento, a energia renovável brasileira é das melhores do mundo. “Então, o País deveria ter a energia renovável mais barata do mundo. Além disso, tem a energia hídrica também, temos água em abundância. Pelo menos, até agora”, disse. “Com isso, o Brasil pode também ganhar a corrida da biomassa. É possível produzir também, a partir dela, o hidrogênio e o biogás, que é o substituto natural do gás natural. Para completar, as flo-

O FUTURO É AGORA

restas crescem no Brasil muito mais rápido do que em outros países. A gente tem três safras de soja por ano. O Brasil é abençoado nisso também.”

O problema, diz, é que estamos ficando para trás na corrida da regulação. “Nos países da Europa Ocidental, por exemplo, se andou muito mais rápido. Talvez exista mais consciência lá do que aqui. Mas a nossa vai vir a reboque, porque o Brasil não poderá mais, por exemplo, exportar aço na escala que exporta hoje para a União Europeia se não atingir determinados níveis de redução de emissão, que será de 30% nas siderúrgicas”, aponta.

“E esse é só um dos exemplos. Se a gente não regula aqui, o mercado lá fora começa a impor barreiras, sejam tarifárias ou regulatórias, para os produtos brasileiros”, afirma Zampogna. “Obrigatoriamente, temos de nos adaptar a essa regulação externa. O ideal é que a regulação interna ocorresse rapidamente, tão rápido quanto foi no Chile, por exemplo.”

O risco de ficar para trás

Para Rodrigo Pupo, advogado especializado na área de comércio internacional e na “industrialização

verde”, o Brasil precisa entrar imediatamente na política de descarbonização, ou vai ficar para trás. E precisa também acompanhar muito de perto o que tem sido feito nos outros países, para denunciar e evitar abusos, uma vez que políticas que envolvem subsídios podem acabar sendo usadas para criar protecionismo e comércio desleal.

PAÍS PRECISA ENTRAR IMEDIATAMENTE NA POLÍTICA DE DESCARBONIZAÇÃO E ACOMPANHAR O QUE TEM SIDO FEITO EM OUTROS PAÍSES, OU VAI FICAR PARA TRÁS

“O Brasil tem uma oportunidade imediata, que não pode perder. É agora, neste momento. O País não pode demorar”, diz. “Precisa saber aproveitar e atrair investimentos como uma estratégia nacional. Não é uma estratégia de governo, é uma estratégia de Estado, para dar estabilidade ao setor produtivo. E cada real que o Brasil investir em subsídio precisa ser muito mais bem empregado, mais bem utilizado do que o dólar dos EUA ou o euro da UE.”

O FUTURO É AGORA

Aviação mais sustentável

Uma das novas áreas relacionadas à transição energética na qual o Brasil pode se destacar é a dos combustíveis sustentáveis de aviação (SAF, na sigla em inglês). A familiaridade do Brasil com biocombustíveis faz com que o País seja cotado para ser um polo produtivo relevante de SAF. Apesar dos projetos brasileiros ainda estarem em fase inicial, a expectativa é de que atinjam o pico a partir do final desta década, segundo o diretor executivo de Estratégia e Operações Comerciais da Airbus na América Latina, Guillaume Gressin.

Para o executivo, entre os principais estímulos para acelerar a produção de SAF no Brasil está a legislação voltada para o tema. Em setembro, o Congresso aprovou o projeto “combustível do futuro”, que prevê a criação de programas nacionais de SAF, além de diesel verde e biometano. O texto foi sancionado pelo presidente Lula em outubro.



“Há interesse global em investir na produção de SAF no Brasil. Além de expertise, o principal motivo é o quadro regulatório, que traz muita confiança para os investidores.”

Guillaume Gressin,
diretor executivo de Estratégia e Operações Comerciais da Airbus

“Há interesse global em investir na produção de SAF no Brasil. Além de expertise, o principal motivo é o quadro regulatório, que traz muita confiança para os investidores”, afirma Gressin. Ele ressalva, porém, que, por se tratar de projetos bilionários, é importante ter regras claras para evitar ruídos em meio a mudanças políticas, já que o combustível tem certificações rigorosas.

/ COLABOROU LUIZ GUILHERME GERBELLI

VELOCIDADE

Falta de agilidade
na regulação
freia transição
energética, dizem
executivos

VELOCIDADE

EDUARDO GERAQUE

A pesar do potencial brasileiro de liderar o setor de hidrogênio ser até mil vezes maior que o do Chile, o país transandino está à frente do Brasil na questão. “Eles (*chilenos*) foram muito mais ágeis do que nós em termos de regulamentação. O Brasil tem uma sorte muito grande de ter recursos naturais abundantes. Temos uma conjunção de fatores que nos dá uma vantagem competitiva, como a questão da produção da biomassa, mas o que vem faltando é maior velocidade de regulação”, afirma Rogério Zampronha, CEO da Prumo Logística.

Sua análise vai na mesma linha da de Gilberto Peralta, presidente da Airbus Brasil. “Me preocupo com a velocidade das regulamentações, apesar de avanços razoáveis que tivemos recentemente como a aprovação da Lei do Combustível do Futuro”, diz o executivo. O conjunto de regras prevê a criação de programas nacionais de SAF, além de diesel verde e biometano.

Dentro do setor da aviação, a produção do combustível sustentável, o SAF, é a bola da vez. “Esse é o lado que me deixa otimista. Temos todas as condições para desenvolver as questões técnicas com muita facilidade, por causa, por exemplo, de instituições como a Embrapa. O potencial brasileiro nesse campo é o maior do mundo”, afirma Peralta.

VELOCIDADE

De olho nas mudanças na aviação

Em 2027, de acordo com estimativas do Centro de Política Energética da Columbia University, o SAF vai responder por 2% do consumo do mercado aéreo global. Algo aquém do ideal, em termos de desfossilização da economia, segundo os próprios cientistas da instituição americana. Para ajudar no enfrentamento das mudanças climáticas, seria preciso que o uso do SAF alcançasse 10% em 2030. Marca, atualmente, considerada difícil de ser batida.

A velocidade em azeitar tanto as questões regulatórias quanto de infraes-

trutura, segundo Peralta, terá outro ganho essencial para o Brasil: o desenvolvimento de toda uma cadeia produtiva. “O Brasil exporta álcool para produzir SAF nos EUA. Exporta soja em grão para produzir SAF na China. Sebo de boi para fazer também o SAF nos Estados Unidos. É preciso tudo ser feito aqui, porque também vai gerar emprego e industrialização. O Brasil é o único país que atinge todas as rotas de produção do SAF e, por isso, pode se tornar o maior produtor do mundo”, afirma o presidente da Airbus Brasil.

Pelas contas do executivo, o País, hoje, consome por volta de 7 bilhões de litros de querosene para aviação por ano, contra uma capacidade de produção ao redor de 50 bilhões a 60 bilhões de litros de SAF. Enquanto a demanda mundial deverá girar em 400 bilhões na próxima década. “Há muito espaço para a exportação”, diz Peralta.

O SAF tem potencial de redução de 20% a 95% das emissões de gases do efeito estufa (GEE), em comparação com o combustível de aviação de petróleo, segundo relatório de 2022 apresentado pelo Projeto Combustíveis Alternativos sem Impactos Climáticos



“O Brasil é o único país que atinge todas as rotas de produção do SAF e, por isso, pode se tornar o maior produtor do mundo.”

Gilberto Peralta,
presidente da Airbus Brasil

VELOCIDADE

(ProQR) — cooperação técnica entre os governos brasileiro e alemão. A redução na emissão de poluentes depende da matéria-prima e das tecnologias utilizadas.

Em 2027 e 2028, as empresas aéreas deverão diminuir a emissão de gases de efeito estufa em, no mínimo, 1% em cada ano. A partir de 2029, a meta de redução aumenta um ponto percentual anualmente até 2037 — quando deverá atingir pelo menos 10%.

Escala para combater as mudanças climáticas

Além do SAF, em outras áreas, como a do hidrogênio, biogás, biometano e captura de carbono, a questão da regularização também precisa de celeridade, afirma Renata Isner, presidente executiva da Abiogás. “Com isso, além de investimento em in-

fraestrutura, teremos condições de ganhar escala suficiente para combater as mudanças climáticas”, afirma a executiva.

A Abiogás, que congrega mais de 150 empresas integrantes da cadeia de valor do biogás e do biometano, tem como principal objetivo trabalhar em prol da inserção, consolidação e sustentabilidade desses recursos estratégicos na matriz energética brasileira e no melhor aproveitamento do potencial de biogás e biometano existentes no País, segundo Renata.

De acordo com números da instituição, o Brasil deixa de aproveitar, por ano, aproximadamente 47 bilhões de metros cúbicos de biogás. Se traduzidos em equivalência energética, esse montante poderia suprir cerca de 34% da demanda de energia elétrica do País.

VELOCIDADE

COMO O BRASIL PODE MUDAR SUAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS? ENTENDA A DISCUSSÃO EM 5 PONTOS

>> Em um cenário no qual as economias globais são cada vez mais afetadas pela transformação ecológica, o Brasil precisa de políticas industriais que aproveitem suas vantagens na produção sustentável, como descarbonização e energia limpa. Nesse contexto, desenvolvimentistas e liberais têm diferentes perspectivas sobre as estratégias para o crescimento da indústria brasileira.

Para debater o assunto, o vodcast Dois Pontos, apresentado por Roseann Kennedy, colunista do Estadão, recebeu Guilherme Mello, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e doutor em Economia pela Universidade de Campinas, e o economista Jorge Arbache, professor da Universidade de Brasília, ex-secretário de Assuntos Internacionais e economista-chefe do Ministério do Planejamento no governo Michel Temer.

● Reglobalização baseada em critérios sociais e ambientais

Especialistas têm falado sobre um momento de desglobalização, explica Guilherme Mello. Segundo ele, o modelo tradicional, em que as economias pensavam em gerar lucro entre si a curto prazo, precisa mudar. O arranjo internacional deve focar em investir em países que têm vantagens competitivas de custo, mas que também tenham melhores condições de produção na questão social e ambiental. "O ponto de vista onde cada um vai fazer o que quer em busca da rentabilidade não é uma postura que combina a abertura de mercados, a volta do comércio e do fluxo de investimentos internacionais com os critérios que importam para o planeta hoje, que são da sustentabilidade social e ambiental", diz Mello.

● Aproveitando vantagens e recursos que já existem

Uma política industrial efetiva, defende o economista Jorge Arbache, deve criar mecanismos facilitadores para que as economias se desenvolvam, se integrem e façam parte das cadeias globais de valor. Ele diz acreditar que o Brasil precisa adotar uma política produtiva e de inserção internacional que aproveite as vantagens e os recursos que o País já possui. "Temos uma das mais ricas biodiversidades, muita terra arável, temos a capacidade de fazer biocombustíveis como nenhum outro país e temos uma gigantesca floresta. Tudo isso qualifica o Brasil para poder ambicionar ser parte da solução", afirma o economista.

VELOCIDADE

● As medidas certas

Enquanto desenvolvimentistas querem a presença do Estado, liberais querem um mercado livre mas, para Guilherme Mello, essas duas visões simplificam demais o modo de ver a indústria. O especialista explica que dentro de ambas as perspectivas existem muitas diferenças. Antes de adotar determinadas visões, Mello diz que o País deve focar em acumular capital adotando as medidas certas. Além disso, ele lembra que a economia não é uma ação isolada — é necessário entender as relações com outros países para estar em sintonia com o global.

● Produtos verdes mais eficientes e com menos custo

O economista Jorge Arbache explica que o Brasil e a América Latina deveriam defender um mercado mais livre nas questões de sustentabilidade. Assim, a região consegue aproveitar o interesse dos europeus, por exemplo, que se incomodam em pagar mais por políticas verdes. Isso acontece porque países que impõem regras para a produção sustentável acabam por deixar um custo alto para os consumidores. Para Arbache, o Brasil tem um grande potencial para

exportar produtos verdes, pois consegue produzi-los de maneira eficiente e com menos custo. “O País tem hoje uma capacidade de produzir produtos verdes como quase nenhum outro no mundo. Então, a nós interessa que os mercados fluam, com menos intervenção possível”, diz Arbache.

● Caminhos próprios

O Brasil não tem condições de copiar modelos de países como China e Estados Unidos, afirma Guilherme Mello. “Claro que temos de olhar para o que está dando certo, nos inspirar, mas também encontrar os nossos próprios caminhos”, esclarece o secretário do Ministério da Fazenda. Ele defende que o governo deve criar diálogos construtivos para determinar o futuro. Mas, enquanto a discussão internacional não avança, o Brasil precisa tirar proveito de suas vantagens comparativas com a ajuda do Estado. “Quando as pessoas falam em intervencionismo, parece que existe um mercado livre, sem nenhuma intervenção estatal. Todos os mercados são construídos com apoio do Estado, até porque eles dependem de moeda, e a moeda é um monopólio do Estado”, afirma Guilherme Mello.

>> [Veja os vídeos do podcast Dois Pontos](#)

ENTREVISTA

Brasil pode ser a ‘Arábia’ da energia verde, diz Lucchesi, da CNI

ENTREVISTA RAFAEL LUCCHESI

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Na avaliação do diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, o setor industrial terá de incorporar de forma “muito acelerada” a agenda verde diante do cenário de emergência climática que cresceu de escala nos últimos anos. “Vamos ter de fazer uma transição muito acelerada. Nós vamos ter, talvez, o maior bloco de investimentos dos últimos 100 anos.”

ENTREVISTA

Ele diz que o Brasil tem condição de se beneficiar desse movimento e pode se transformar no “que a Arábia Saudita é hoje para a produção de energia fóssil”. Mas também avalia que o País tem desafios pela frente. “O Brasil tem um enorme potencial de energia sustentável barata, mas temos tarifas caras. Alguns penduricalhos criam distorções de preços”, afirma.

Leia, a seguir, trechos da entrevista concedida ao **Estadão**:

Qual será o papel da mudança energética para a indústria?

O mundo inteiro está avançando na direção da transição energética, da transformação ecológica e da descarbonização produtiva. Nos últimos 200 anos, a nossa matriz energética foi alimentada por combustíveis fósseis, e isso tem aumentado as emissões em todas as atividades humanas. As questões climáticas — no Brasil, nós vimos as enchentes no Rio Grande do Sul e as queimadas florestais — se colocaram na emergência e, inclusive, talvez, no plano do não retorno. Vamos ter de

PAÍS TEM ENORME POTENCIAL DE ENERGIA SUSTENTÁVEL BARATA, MAS TARIFAS CARAS, E PENDURICALHOS CRIAM DISTORÇÕES DE PREÇOS, SEGUNDO ESPECIALISTA

fazer uma transição muito acelerada. Nós vamos ter, talvez, o maior bloco de investimentos dos últimos 100 anos. É uma grande oportunidade.

E o que se coloca para o Brasil?

O Brasil tem um enorme potencial para liderar as agendas da energia verde e, conseqüentemente, da indústria verde. A gente tem de pensar não apenas em como criar uma nova commodity, uma nova soja da energia verde. Temos de pensar a agenda da descarbonização produtiva. Um bloco de investimento em que nós consigamos atrair investimentos diretos estrangeiros, parcerias tecnológicas, desenvolvimento de pacotes tecnológicos para a produção do aço verde,

ENTREVISTA

PARA LUCCHESI, O BRASIL TEM VANTAGENS COMPETITIVAS PARA RECEPCIONAR UM GRANDE BLOCO DE INVESTIMENTOS. MAS TEMOS UM DEVER DE CASA

da química verde, da indústria verde de uma forma geral. É difícil um país se reindustrializar. Não há um exemplo disso na história, mas é uma oportunidade única. Teremos o maior bloco de investimento da história recente da humanidade, com uma enorme vantagem competitiva do Brasil. Temos as condições dadas. Nós podemos ser o que a Arábia Saudita é hoje para a produção de energia fóssil. Como temos uma sociedade sofisticada, um grande mercado, um setor empresarial industrial sofisticado, temos uma competência de engenharia, tudo isso pode criar

vantagens competitivas para o Brasil receber um grande bloco de investimentos. Mas temos um dever de casa.

E quais são os desafios para o Brasil?

A reforma tributária é importante na melhor equação da carga tributária, que era excessivamente concentrada na indústria. Temos problemas na regulação energética. O Brasil tem um enorme potencial de energia sustentável barata, mas temos tarifas caras. Alguns penduricalhos criam distorções de preços. Precisamos ter uma melhor regulação do gás natural, porque é um degrau importante para a transição energética, e o Brasil tem um preço muito elevado. É uma agenda importante que precisamos tratar, bem como os outros 'custos Brasil', que penalizam fortemente a indústria brasileira, além dessa taxa de juros fora do lugar que anula uma série de vantagens competitivas para o País.

País deve dar transparência para subsídios do setor energético, avaliam especialistas

LUIZ GUILHERME GERBELLI

O Brasil precisa esmiuçar e dar transparência para os subsídios do setor de energia, avaliaram os participantes do Fórum Estadão Think: **Neoindustrialização apoiada pela transição energética — Como unir a política industrial e a política de sustentabilidade**, realizado em setembro.

“Não sabemos, no Brasil, onde estão os subsídios, os tais jabutis. É preciso entender mais, conhecer mais (*onde estão*)”, afirmou Bernardo Gradin, CEO da GranbBo, durante painel que discutiu como o País pode aproveitar suas vantagens competitivas ambientais para alavancar a indústria. “O subsídio tem de incentivar o pioneirismo, a quebra de paradigma.”

Entre os especialistas, o Brasil é conhecido por ser o país da energia barata e da conta de luz cara. E o que leva a esse cenário é o acúmulo de subsídios.

Na avaliação da gerente-geral de otimização e comercialização de Energia da Vale, Juliana Chagas, os subsídios acabam se avolumando por não serem interrompidos. “A principal questão do Brasil é que o subsídio começa e não tem data para acabar”, disse. “Vai sendo carregado e, mesmo que o País tenha novas fontes que precisam de incentivo, o subsídio vai acumulando.”

Paradoxo

Para o presidente da Abrace Energia, Paulo Pedrosa, é preciso “olhar o que está acontecendo”. Ele diz que, enquanto existe uma mobilização para ajudar o Rio Grande do Sul após os estragos provocados pelas enchentes de maio, o País ainda incentiva a compra de energia a carvão.

ALERTA

“Começa bem. Temos de ajudar o Rio Grande do Sul mas, em seguida, tem uma vírgula que não tem nenhuma lógica”, afirmou. “Um Estado que sofreu por causa da crise climática e a maneira de ajudar vai ser incentivar com o combustível que promove a crise climática. Nós precisamos recuperar o eixo dessa discussão, porque as frases não fecham”, apontou Pedrosa.

Na visão de Ieda Gomes Yell, ex-presidente da Comgás e integrante do conselho de administração de empresas internacionais de energia e infraestrutura, o Brasil “não tem capacidade financeira para dar incentivos em escala trilionária como, por exemplo, os Estados Unidos”.

Sem essa margem para poder gastar tanto, o que deve ser feito, diz a especialista, é priorizar as escolhas. “Mas lembre-se

**BRASIL É CONHECIDO
POR SER O PAÍS DA ENERGIA
BARATA E DA CONTA DE
LUZ CARA. E O QUE LEVA A
ESSE CENÁRIO É O ACÚMULO
DE SUBSÍDIOS**

de que nos EUA esses incentivos são à custa de um déficit fiscal extremamente elevado.”

Segundo ela, a clareza nos subsídios é importante. “O que eu vejo é que não temos política de Estado, temos de governo, mas não temos de Estado tanto para a energia como para o setor industrial. Nos vários projetos de lei, nos subsídios que se têm, não existe um entrosamento. É tudo feito de maneira setorial.”

Brasil tem de reforçar seu lugar na disputa global pela transição energética

EDUARDO GERAQUE

A Europa e os Estados Unidos já têm políticas industriais sólidas voltadas para a descarbonização. No caso dos europeus, o Green Deal da Comissão Europeia, aprovado em 2019, é uma realidade que regula para as próximas décadas as políticas do bloco em assuntos como clima, energia e transportes. Ele indica ainda como fiscalizar a redução das emissões líquidas de gases de efeito estufa em pelo menos 55% até 2030. Do lado dos americanos, a Lei da Redução da Inflação (IRA, na sigla em inglês) de 2022, apesar do nome, também foca na questão.

Mas e o Brasil?

Por aqui, a sensação de lentidão e de que há muito a ser feito é quase uma unanimidade. Segundo o advogado Rodrigo Pupo,

um dos papéis que o Brasil precisa assumir com mais protagonismo é o de estar presente em fóruns internacionais, onde os debates atuais estão sendo travados.

“Há várias metodologias que estão sendo criadas. E, por isso, é preciso acompanhar, para os interesses nacionais não ficarem de fora”, explica o especialista em Direito internacional. Neste caso, os representantes do governo brasileiro podem até ser auxiliados pelo setor privado. “Tudo para nós não ficarmos para trás”, diz.

Inspiração lá fora

No âmbito interno, a celeridade também é importante, avalia Fabricio Silveira, superintendente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI). “Existe uma grande oportunidade

CORRIDA

de olharmos para a transição energética como uma grande janela de desenvolvimento para o Brasil. A questão é que a janela tende a ser curtíssima”, afirma.

Para o representante da CNI, o Brasil poderia, em linhas gerais, se inspirar nos processos desenvolvidos nos Tigres Asiáticos, onde, em décadas, a indústria de países como a Coreia do Sul e Cingapura desenvolveu setores de alta complexidade tecnológica, que entregam produtos de valor agregado, apesar de um número menor de geração de empregos.

“Aqui no Brasil não temos dinheiro para uma política industrial mais sistêmica, como nos Estados Unidos. Por isso, é necessário ser bastante preciso nos setores em que vamos decidir aportar esses recursos”, explica Silveira.

Em tempos em que a Comunidade Europeia se consolida como um bloco voltado para um viés mais normativo, e os Esta-

**SENSAÇÃO DE LENTIDÃO
E DE QUE HÁ MUITO A
SER FEITO É QUASE UMA
UNANIMIDADE; CELERIDADE
TAMBÉM É IMPORTANTE
NO ÂMBITO INTERNO**

dos Unidos ainda brigam por uma espécie de hegemonia com a China, algo que tende a não ser uma realidade absoluta, a transição energética flui no meio dessas correntes geopolíticas.

“Tanto os europeus quanto os americanos desenvolveram formas de tentar contrapor o subsídios dos chineses em algumas áreas, como nos carros elétricos”, lembra Pupo, para exemplificar como a nova ordem social estará sempre presente, também, no debate pela descarbonização do planeta.

Política industrial tem de pensar no médio prazo e ser feita a várias mãos, diz professor da FGV

EDUARDO GERAQUE

A política industrial é algo para ser feito a várias mãos, com participação de diversos setores da sociedade e, principalmente, olhando para o médio prazo. A avaliação é de Rodrigo Fagundes Cezar, professor de Relações Internacionais da FGV.

A questão igualmente importante, segundo ele, é que quando se fala em transição energética, existe uma urgência que não pode ser ignorada. Leia a seguir os principais trechos da entrevista concedida ao **Estadão**:

Qual papel a academia pode desempenhar no desenho de políticas públicas para o Brasil?

A primeira coisa quando se fala de projetos com a academia é que nós somos

obrigados a pensar no médio prazo. Porque são projetos que vão durar de três a cinco anos. Isso já é um passo importante para não ficarmos presos em coisas de curtíssimo prazo, com a proteção a um ou outro setor. As políticas industriais que dão certo forçam também a academia, e é verdade que às vezes ela é um pouco rígida, a buscar uma evidência científica. A academia é muito boa em fazer com que uma ideia se torne algo que seja mensurável. Portanto, ao dar nome às dificuldades e fazer com que existam planos de longo prazo, a academia acaba transformado narrativas em modelos com dados.

O exemplo dos Tigres Asiáticos é bom para o Brasil se inspirar?

COLABORAÇÃO

Temos também de adaptar as coisas para o contexto nacional. A política pública, muitas vezes, é feita por tentativa e erro. Os próprios Tigres Asiáticos falaram assim: “Será que vai dar certo?” E aí deu. Mas o importante nesses processos é a política ter mecanismos de correção de rumo. Planejamento é importante. Tem de existir um aparato institucional para corrigir aquilo que não estiver dando certo.

E como lidar com os diversos interesses ao fazer políticas de longo prazo?

Essa é uma questão que tende a se resolver, porque quando você força a elaboração de projetos de longo prazo,

você coloca esses diferentes interesses no mesmo lugar e acaba forçando todos os setores a enxergarem os pontos em comum. Muitas vezes eles brigam e ficam bravos um com o outro, mas também acabam conseguindo se ouvir um pouco mais. Os projetos de longo prazo voltados para a inovação podem ser um catalisador de conversas, de discussões saudáveis. E ainda mais nesse debate sobre transição energética, não dá para ficar esperando apenas o governo fazer. O governo tem de fazer, mas a academia e a sociedade civil, também. O bolo de subsídios (*para a descarbonização*), por exemplo, vai acabar e precisamos então aumentar o lençol. E isso é feito com parcerias tanto dentro do Brasil quanto lá fora.

DESAFIOS

Globalismo é fundamental para o Brasil, diz presidente da Fiesp

DESAFIOS

DIEGO LAZZARIS

O movimento de “desglobalização” e o aumento do protecionismo em todo o mundo tornaram-se questões importantes entre os empresários brasileiros. Mas o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, disse não acreditar no fim do globalismo. “Desafios fundamentais, que afetam toda a humanidade, precisam de soluções globais e da cooperação entre os países para que possamos nos proteger como civilização. Por exemplo, no caso de pandemias, que se tornam cada vez mais frequentes. Sem cooperação global, é impossível que um país, por mais poderoso que seja, consiga se proteger sozinho”, afirmou.

Ele falou na abertura do Fórum Estadão Think: **Do Brasil para o mundo: Desafios para a nossa inserção global**, promovido pelo Estadão, com apoio institucional da Fiesp, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Josué Gomes lembrou ainda que pautas atuais, como as mudanças climáticas e os eventos naturais extremos, podem fortalecer a indústria nacional.

DESAFIOS

“O globalismo é fundamental para o Brasil, pois o País oferece soluções que contribuem decisivamente para problemas globais, como a questão climática e a transição energética.”

Atenção para os gargalos

Para Rafael Cervone, presidente do Ciesp, um fator fundamental para ampliar o protagonismo internacional do Brasil é aumentar a participação dos produtos industriais na pauta exportadora. “Esse avanço fortaleceria nossa posição econômica, reduziria a dependência tecnológica e ampliaria o superávit na balança comercial. O potencial é grande, pois nosso parque manufatureiro é avançado e diversificado, mas carece de investimentos para a transição à quarta revolução industrial, exigindo uma atenção mais intensa de políticas públicas do que foi observado nas últimas décadas”, disse.

Cervone destacou que o setor industrial enfrenta gargalos que limitam sua inserção global, especialmente relacionados ao chamado “custo Brasil”. “Entre os principais obstáculos,



“O globalismo é fundamental para o Brasil, pois o País oferece soluções que contribuem decisivamente para problemas globais, como a questão climática e a transição energética.”

Josué Gomes,
presidente da Fiesp

estão a carga tributária elevada, juros altos, insegurança jurídica, encargos trabalhistas excessivos e instabilidade cambial. Esses fatores dificultam a competitividade da indústria brasileira, sobretudo em um cenário de acirrada concorrência global”, pontuou.

O presidente do Ciesp ainda destacou que o mercado interno brasileiro desperta o interesse de nações exportadoras, especialmente aquelas com limitações comerciais relacionadas

DESAFIOS

a conflitos. “No entanto, o Brasil enfrenta desvantagens competitivas em relação aos países asiáticos, que frequentemente contam com subsídios e incentivos governamentais significativos. Nesse contexto, a concorrência é menos entre empresas e mais entre países.”

Segundo ele, para superar esses desafios, o País precisa focar em alguns pontos importantes. “O aumento da produtividade, a incorporação de novas tecnologias e a inovação são essenciais, assim como a exploração do potencial de produtos industriais verdes e sustentáveis”, disse o presidente do Ciesp.

Nova conjuntura

Rafael Lucchesi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI e diretor-superintendente do Serviço Social da Indústria (Sesi), lembrou o momento geopolítico conturbado. “Estamos

em uma nova conjuntura, marcada por uma forte reação do Ocidente ao status que a China alcançou ao longo das últimas décadas. Enfrentamos o impacto de novas guerras e de tensões comerciais e geopolíticas, com uma nova versão de Guerra Fria, principalmente entre Estados Unidos e China.”

Lucchesi também destacou os efeitos do clima. “Vivemos uma era de extremos climáticos, com secas, queimadas e furacões, que trazem grandes riscos para as economias. No Brasil, essa questão afeta o agronegócio, as cidades e a infraestrutura, com altos riscos e custos climáticos. Cientistas alertam sobre o risco de um ponto sem volta. Estamos diante de um grande dilema: ou o mundo investe no maior programa de transformação tecnológica já visto, ou enfrentaremos sérios problemas climáticos com grande impacto para a humanidade”, finalizou.

QUAIS OS IMPACTOS DA DESGLOBALIZAÇÃO PARA A INDÚSTRIA?

>> Há pouco tempo, o fenômeno da globalização parecia irreversível no comércio internacional. Fatores como a pandemia de covid-19, a guerra na Ucrânia e a escalada de tensões entre Estados Unidos e China, porém, trouxeram desafios que colocaram em xeque o modelo de produção descentralizada. Hoje, diversos novos elementos apontam para um cenário de desglobalização, com a busca de novas rotas comerciais tendo como base não a produtividade, mas as relações entre os países e a segurança nas cadeias de produção.

Como o novo desenho do comércio internacional pode afetar a indústria brasileira? Para discutir os riscos e as oportunidades deste cenário, o vodcast Dois Pontos, apresentado por Roseann Kennedy, colunista do Estadão, convidou Uallace Moreira Lima, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e Welber Barral, consultor de comércio internacional, mestre em Relações Internacionais e PhD em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP).

● América Latina de fora das cadeias globais

Para Uallace Moreira Lima, a globalização não avançou da mesma maneira para todos os países. Ele diz que a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, foi baseada em uma crítica à globalização. Durante a crise de covid-19, segundo Moreira Lima, essas críticas se acentuaram com a dependência de produtos chineses, como máscaras e luvas.

“A gente não promoveu crescimento sustentável, não promoveu distribuição de renda e nem todo mundo ganhou”, afirma.

● Desafio para o País

Welber Barral pontua que o Brasil, depois dos anos 1950, começou a política de substituição de importações. E tentou, durante muitos anos, criar uma base industrial. O grande problema, segundo ele, é que essa continuidade gerou ineficiência. Para Barral, havia a necessidade de uma integração na cadeia global de valor, da qual o Brasil não participou ativamente, assim como outros países latino-americanos. “Quem está falando de política industrial são os Estados

QUAIS OS IMPACTOS DA DESGLOBALIZAÇÃO PARA A INDÚSTRIA?

Unidos, a Europa. O que era um termo criticado há 20 anos virou um termo usual nos discursos políticos”, diz.

● **Influência da China na América Latina**

A entrada da China na América Latina está tirando oportunidades de parcerias do Brasil com outros países, de acordo com Wallace Moreira Lima, para quem o mercado chinês está desacelerando, com uma imensa capacidade ociosa. Por isso, o mundo, diz, está se protegendo. “Há esse fator que nós não tínhamos antes, que é um país com uma capacidade ociosa muito grande. Eles investiram muito, criaram estruturas produtivas e agora é preciso exportar. Aqueles países que estão abertos, vão receber.”

● **Políticas tributárias do Brasil**

Para Welber Barral, o País está muito atrás de nações como a Índia e a Coreia do Sul na política de internacionalização de empresas. Segundo ele, o investimento no exterior traz tecnologia e dividendos e também propicia a evolução das

companhias nacionais. Barral cita a Embraer como o melhor exemplo de sucesso da política do Brasil para a aeronáutica. “Como a gente cria esse equilíbrio no momento em que o protecionismo verde está crescendo tanto? O Brasil tem dois grandes desafios daqui para a frente só com a Europa: um é o CBAM (regulamento do Parlamento Europeu que cria uma tarifa de carbono sobre produtos como aço e cimento) e o outro são as leis de desmatamento, que podem punir produtos brasileiros que em algum momento na cadeia produtiva vieram de áreas de desmatamento, segundo as definições europeias”, aponta.

● **O papel do Mercosul**

Moreira Lima afirma que o comércio mundial é intrarregional. No Nafta, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, 50% do comércio é feito entre os países do bloco. Na União Europeia, essa taxa salta para 69%, enquanto na América Latina ela representa apenas 26%, segundo o secretário. “A gente precisa se integrar mais, identificar essas cadeias produtivas.”

>> [Veja os vídeos do podcast Dois Pontos](#)

Mercadante: Protecionismo global gera desafios, mas oportunidades vão se abrir

EDUARDO GERAQUE

O cenário descrito pela professora Lia Valls Pereira, da UERJ e da FGV/Ibre, aponta mais desafios para o comércio global. Segundo ela, se tudo o que foi prometido pelo presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, for realmente implementado, a onda de protecionismo pelo mundo tende a crescer. “E o resultado, neste caso, é sabido, haverá uma desaceleração do comércio mundial”, disse a pesquisadora.

Um dos antídotos, segundo Lia, é conhecido há décadas. “O comércio exterior não muda do dia para noite. Tem de haver persistência. É preciso ser feita uma política de Estado, e não de governo. Voltada para a melhoria da infraestrutura, da mão de obra, da digitalização. Temos de olhar para as nossas prioridades.”

Uma porta fechada; várias janelas abertas

Por mais que o protecionismo anunciado pelo novo governo americano passe a fazer parte do dia a dia do mundo, exacerbando, por exemplo, os conflitos comerciais com a China, oportunidades também vão se abrir, segundo Aloizio Mercadante, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Não há dúvida de que teremos uma nova onda de protecionismo. O governo Trump, eleito pelo voto popular de forma legítima, tem a maioria no Senado, na Câmara, na Suprema Corte e nos Estados, com os governadores. Mas, mesmo assim, sou otimista”, disse.

Para Mercadante, várias janelas vão se

MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

abrir, principalmente se o Brasil continuar tratando a China como um parceiro estratégico importante. “Somos complementares. Os chineses, por exemplo, estão interessados em investir aqui na área de energia e ferrovias”, afirmou. “Temos grandes oportunidades. Há muitos desafios e riscos, mas precisamos ter mais ousadia no Brasil, principalmente em termos de políticas verdes. E, com o (*eventual*) grau de investimento então, haverá uma mudança no padrão de crescimento.”

Oportunidades

No âmbito interno, até para que o Brasil tenha o que ofertar aos seus parceiros comerciais no exterior, avançar em questões de infraestrutura e logística passa a ser decisivo, segundo Mercadante. “Nesse sentido, a descarbonização dos setores da aviação e marítimo estão dados. Por isso, o Brasil tem grandes oportunidades com o desenvolvimento dos combustíveis limpos para esses setores.”

As cadeias de produção dos dois tipos de combustível se apoiam na produção de biocombustíveis, dominada pelo Brasil há décadas. Para Mercadante, o Brasil tem todas as chances de liderar esses primeiros passos da transição do setor aéreo para um mundo com menos carbono.



“Temos grandes oportunidades. Há muitos desafios e riscos, mas precisamos ter mais ousadia no Brasil, principalmente em termos de políticas verdes.”

Aloizio Mercadante,
presidente do BNDES

Ativo brasileiro

As credenciais de sustentabilidade, quando se junta política comercial com ambiental, são um ativo brasileiro que deve ser mais bem apresentado nas mesas de negociação internacionais, afirma Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Outro ativo importante para o País, segundo ela, é o fato de o Brasil estar distante dos focos de conflitos no mundo. “O ressurgimento das políticas industriais mundo afora é algo nítido. E também estamos com esse foco de reconhecer a importância da indústria. Precisamos, sim, abraçar com muita força a agenda do comércio e sustentabilidade, que veio para ficar e vai gerar muitas oportunidades para o Brasil”, disse.

‘Ampliar exportações da indústria é prioridade para o governo’

DIEGO LAZZARIS

Uma das prioridades do governo federal é aumentar a base de exportação no Brasil, de acordo com Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). “Apenas cerca de 1% das empresas brasileiras participa atualmente do mercado exportador”, diz.

Para tentar melhorar este cenário, foi lançada a Política Nacional de Cultura Exportadora (PNCE), um conjunto de medidas com objetivo de incentivar a exportação de produtos e serviços brasileiros. “A PNCE envolve todos os Estados e entidades de apoio para ajudar empresas com potencial e maturidade exportadora a alcançar o mercado externo”, afirma Tatiana.

Segundo a secretária do MDIC, a desburocratização do comércio exterior é outro tema relevante que está no foco do governo. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao **Estadão**:

O que o governo tem feito para fomentar as exportações e melhorar a competitividade da indústria brasileira no cenário global?

Ampliar a base exportadora do Brasil é um objetivo do governo federal. Atualmente, apenas cerca de 1% das empresas brasileiras participa do mercado exportador. Em resposta a esse cenário, lançamos a Política Nacional de Cultura Exportadora, que envolve todos os Estados e entidades de apoio para ajudar empresas com potencial e maturidade exportadora a alcançar o mercado externo. Dentro dessa política, apresentamos ao Congresso o programa Acelera Exportação, que prevê a devolução de créditos tributários, uma medida que tornará os produtos de pequenos e médios empresários mais competitivos no exterior. Hoje, o Brasil ainda ‘exporta’ tributos, o que prejudica a competitividade de nossos produtos no mercado internacional. O programa Acelera Exportação é uma das várias iniciativas nesse sentido. Além disso, a criação de uma cultura exportadora, com capacitação e treinamento, é fundamental, assim como o trabalho de promoção comercial desenvolvido pela Apex Brasil, que é essencial para atrair mais empresas ao comércio exterior.

Existem outras iniciativas?

Destaco também a importância da desburocratização do comércio exterior. A facilitação do comércio internacional beneficia todos os exportadores, mas é especialmente vital para pequenas empresas, que enfrentam obstáculos significativos no mercado externo por causa da burocracia. Para isso, estamos implementando a migração definitiva para o Portal Único de Comércio Exterior, uma plataforma que simplifica as operações, substituindo diversos sistemas e agentes distintos. Essa ferramenta é uma medida essencial de desburocratização, especialmente para empresas de menor porte.

Falou-se bastante sobre a vantagem do Brasil na agenda verde e nos biocombustíveis. Como a senhora avalia o potencial do setor no País?

A relação entre comércio e desenvolvimento sustentável veio para ficar, e o Brasil está bem posicionado como uma potência ambiental, energética e agrícola para valorizar seus produtos e serviços no exterior, destacando seus atributos de sustentabilidade. Esse caminho não é simples; envolve desafios e a superação de barreiras ambientais impostas por exigências verdes. No entanto, graças à produção mais limpa e à matriz energéti-

ca do País, o Brasil tem condições de posicionar melhor seus produtos no mercado internacional. Essa possibilidade abrange desde produtos da biodiversidade brasileira até itens do setor siderúrgico, que consomem intensivamente energia. Seja com bioinsumos ou produtos siderúrgicos, há oportunidades para que o Brasil se destaque tanto junto a indústrias que visam atingir suas próprias metas de sustentabilidade, quanto junto ao consumidor final, que valoriza cada vez mais essa dimensão no momento da compra.

Como a senhora vê o momento geopolítico atual e de que forma a indústria brasileira está inserida nesse contexto?

O cenário internacional atual é marcado pelo aumento das tensões geopolíticas, pelo risco de fragmentação do comércio e pela securitização da agenda comercial, em que as preocupações com segurança nacional se sobrepõem a prioridades tradicionais, como a busca por eficiência. O Brasil, por estar distante dos principais centros de tensão geopolítica, tem uma posição favorável para se destacar nesse novo contexto de reconfiguração das cadeias globais de valor. No entanto, navegar essas complexidades exige atenção, pois essas tensões também exercem pressão sobre o País.

O QUE VEM POR AÍ

Especialistas debatem perspectivas e vantagens do País

DIEGO LAZZARIS

O momento geopolítico, com aumento das tensões entre países e a diminuição da colaboração internacional, traz uma série de desafios para a indústria brasileira, mas também há oportunidades, na opinião de representantes do setor que participaram do Fórum Estadão Think: **Do Brasil para o mundo: Desafios para a nossa inserção global.**

Para Welber Barral, consultor em comércio internacional, uma das principais oportunidades para o País está no avanço da agenda de descarbonização. “A mudança na plataforma de energia mundial exige que o Brasil avance em sua própria transição energética. Também é preciso estabelecer um marco regulatório global de incentivos ao SAF (*Combustível Sustentável de Aviação, na sigla em inglês*), biodiesel e hidrogênio. Embora algumas dessas normas tenham sido aprovadas pelo Congresso este ano, espera-se que o marco completo seja implementado até o próximo ano, possibilitando que o Brasil tenha uma legislação atualizada e alinhada com o de-

envolvimento sustentável”, disse.

Além disso, Barral destacou a posição do Brasil na produção de alimentos, setor em que poucos países conseguem competir. “Com o crescimento global na demanda por proteínas, temos uma grande oportunidade de expandir a participação no mercado, agregando mais valor às exportações e aproveitando essa demanda crescente”, afirmou.

Ao mesmo tempo, o consultor afirma que um dos principais entraves para grandes projetos industriais é a taxa de juros. “O custo de capital no Brasil é particularmente prejudicial para projetos de médio e longo prazos. Setores como o de energia e infraestrutura, que têm um bom potencial de retorno, acabam sendo afetados por essa taxa de juros elevada, que é alta até mesmo em comparação com outros países em desenvolvimento.”

Investimentos encarecidos

Yi Shin Tang, professor livre-docente no

O QUE VEM POR AÍ

Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), acredita que há uma grande probabilidade de aumento no custo de capital após o resultado das eleições americanas, mas isso deverá ser acompanhado por praticamente todos os países.

“No entanto, acredito que esse aumento não afetará necessariamente as políticas de expansão das exportações no Brasil. Embora o custo de capital mais alto encareça os investimentos no País em geral, as políticas brasileiras de liberdade de acesso comercial, abertura de mercados e a desvalorização cambial ainda permitem que o Brasil mantenha setores econômicos bastante competitivos para exportação”, disse.

Globalização ainda resiste

Dan Ioschpe, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ressaltou que o mundo vive um cenário de redução da globalização, não de extinção, com tendência de aceleração das políticas nacionais.

“Nesse contexto, existem alguns eixos alinhados com nossas vantagens, sendo a descarbonização um dos principais. Embora não tenhamos aproveitado nosso bônus demográfico da mesma forma que a China, ou que a Índia começa a fazer, agora temos o bônus da descarbonização.

Poucos países possuem tantas opções e potencialidades nessa área como o Brasil. Precisamos nos organizar para aproveitar essa oportunidade, ou, daqui a 20 anos, podemos nos lamentar por termos perdido essa chance única.”

Riscos da disputa China x EUA

Para Jorge Arbache, professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), questões geopolíticas, como a disputa entre China e Estados Unidos, podem trazer riscos para os mercados globais e para o Brasil.

“Esse movimento de fragmentação, ou ‘desglobalização’, vai contra os interesses do Brasil, pois afeta o funcionamento e o acesso aos mercados e gera riscos adicionais”, afirmou.

Segundo o professor, este cenário de incertezas cria uma condição em que a formação dos preços passa a depender, muitas vezes, de decisões e intervenções que não seguem a lógica de mercado. “Isso aumenta o risco tanto para investidores quanto para empreendedores, especialmente em um país como o Brasil, que se beneficia mais quando os mercados globais funcionam de forma eficiente. Esse efeito é ainda mais relevante com o crescimento da economia verde, que tem oportunidades de expansão”, pontuou.

‘Descarbonização é aposta para fortalecer a indústria brasileira’

DIEGO LAZZARIS

A agenda de descarbonização global, que passa pela redução de emissões de gases de efeito estufa e a transição para energias renováveis, pode ajudar a indústria brasileira a ganhar maior protagonismo no cenário mundial. A opinião é de Dan Ioschpe, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

“A descarbonização é uma questão importante para todos os países, e o Brasil está bem posicionado nesse aspecto. Com uma estratégia coerente e inteligente, o País poderá maximizar os benefícios dessa transformação, contribuindo para a necessidade global de descarbonização”, disse Ioschpe, em entrevista ao **Estadão**.

A necessidade global de alimentos é outro tema relevante para a indústria nacional, segundo o vice-presidente da Fiesp. “A segurança alimentar é uma área em que o mundo tem uma demanda crescente, impulsionada pelo aumento populacional e pela melhoria das condições socioeconômicas em várias regiões. O Brasil está

numa posição privilegiada para ser protagonista nessa questão.”

Estamos vivendo em um mundo mais protecionista e as eleições nos Estados Unidos trouxeram esse tema novamente para a pauta. Como a indústria brasileira se insere nesse cenário, e quais são os principais desafios?

O mundo passa por uma revisão estratégica de suas políticas de desenvolvimento socioeconômico, e os países reavaliam suas abordagens nacionais. Esse processo envolve a indústria e todos os demais setores de cada economia. O Brasil também precisa se preparar para essa nova realidade com agendas estratégicas nacionais que levem em conta as grandes tendências globais e identifiquem como o País pode aproveitar essas possibilidades da melhor forma. A descarbonização é uma questão importante para todos, e o Brasil está bem posicionado nesse espec-

to. Com uma estratégia coerente e inteligente, poderá maximizar os benefícios dessa transformação, contribuindo para a necessidade global de descarbonização e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico. A indústria, assim como outros setores, desempenha um papel fundamental e pode se beneficiar imensamente ao avançarmos nessa direção.

Outro tema em destaque é a importância de melhorar a segurança alimentar global. Como podemos avançar nesta área?

A segurança alimentar é uma área em que o mundo tem uma demanda crescente, impulsionada pelo aumento populacional e pela melhoria das condições socioeconômicas em várias regiões. O Brasil está numa posição privilegiada para ser um protagonista nessa questão, combinando a descarbonização com a produção e a entrega de alimentos de forma eficiente. Essa integração dinamiza setores essenciais da nossa economia — agrícola, industrial e de serviços —, beneficiando o desenvolvimento socioeconômico do país, que é o principal objetivo. Claro, enfrentamos muitos desafios internos, como questões fiscais e o cres-

cimento econômico, mas essa visão estratégica pode ajudar a superá-los.

Como o senhor avalia o atual cenário político e econômico do Brasil em relação aos desafios para a indústria? Quais são as principais barreiras para que o setor cresça e expanda suas exportações?

No fim das contas, todos os países relevantes estão passando por debates semelhantes. O que precisamos é sempre pensar em como nos organizar melhor para tirar o máximo proveito das nossas oportunidades e construir, a partir delas, caminhos estratégicos para o futuro. Questões como a tributária, o custo de capital, o equilíbrio fiscal, o fomento à inovação e a melhoria da educação são temas-chave com os quais todos os países lidam. Devemos abordar esses temas com a maior organização possível, pois isso trará benefícios concretos para nossa sociedade. Não estamos isolados nem fora desse contexto global que envolve esses temas. Naturalmente, cada país tem seu próprio ritmo e progresso em relação a esses assuntos. A boa notícia é que temos grandes oportunidades para aproveitar, embora também existam áreas em que estamos atrasados e precisamos acelerar.

ENTREVISTA

O que falta para a indústria ‘made in Brazil’ ser mais competitiva, na visão do presidente do Ciesp

DIEGO LAZZARIS

A inserção global da indústria brasileira passou por uma série de transformações após a pandemia de covid-19 e a reconfiguração das cadeias produtivas mundiais. Para Rafael Cervone, presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), em um cenário geopolítico marcado pelo aumento das tensões entre os países, com destaque para a disputa entre Estados Unidos e China e para políticas protecionistas, o Brasil precisa encontrar novas possibilidades de expandir sua relevância internacional.

Em entrevista ao **Estadão**, ele ponderou que boa parte dos desafios enfrentados pela indústria brasileira tem origem em questões locais. “Precisamos enfrentar esses desafios e avançar nessa agenda para tornar o Brasil mais competitivo, fortalecer a indústria e ampliar nossas exportações”, afirmou.

O presidente do Ciesp destacou ainda que a inserção do Brasil no mercado global não deve ser uma vantagem exclusiva das grandes empresas. “Micro, peque-

nas e médias empresas também têm um grande potencial”, disse. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Como a indústria brasileira está inserida no cenário global atual?

A inserção global do Brasil é extremamente relevante e passou por grandes transformações após a pandemia. A primeira lição trazida por esse período foi a importância estratégica da indústria para o fortalecimento de um país. Durante a pandemia, os países com uma base industrial mais robusta e diversificada enfrentaram menos dificuldades. A prática de produzir na China, uma estratégia adotada por Estados Unidos, Europa e diversos outros países, se mostrou ineficaz. Quando a China decidiu fechar suas fronteiras, especialmente para vacinas e medicamentos, houve uma escassez de matérias-primas em várias partes do mundo. Esse cenário geopolítico sofreu ainda mais mudanças com o impacto das guerras, incluindo o conflito entre Ucrânia e Rússia

ENTREVISTA

e, agora, com as tensões no Oriente Médio.

Quais são as oportunidades para a nossa indústria neste contexto?

Nos últimos anos, perdemos participação de mercado na América Latina para a China — a Argentina, por exemplo, que sempre foi um dos nossos principais destinos de exportação, agora tem a China como maior parceiro, e os argentinos estão preocupados com essa dependência. A inserção do Brasil no mercado global não deve ser uma vantagem exclusiva das grandes empresas. Micro, pequenas e médias empresas também têm grande potencial. Em meu setor, há exemplos de pequenas empresas que, ao se organizar para a exportação, tornaram-se mais eficientes e ganharam em escala e competitividade, tanto no mercado externo quanto no interno. A exportação serve ainda como uma importante ferramenta de proteção contra a concorrência externa, ao mesmo tempo que aumenta a competitividade. A exportação também atrai investimentos, especialmente investimentos estrangeiros, o que torna essa estratégia ainda mais relevante.

Quais são as perspectivas para o Brasil na transição energética?

Diante do rearranjo nas cadeias de fornecimento regionais e globais, o

Brasil pode se destacar pelo uso de energia verde, pela medição da pegada de carbono e pelo avanço na descarbonização, elementos que conferem uma vantagem competitiva essencial. Em breve, teremos eventos internacionais de grande importância, como o Fórum Mundial de Economia Circular e a Conferência do Clima, além da presidência brasileira dos Brics, o que intensificará ainda mais o foco global sobre o Brasil. É fundamental que aproveitemos essa oportunidade.

Como tornar a indústria brasileira mais competitiva?

Nunca teremos uma indústria competitiva se o País, em si, não for competitivo. A maioria dos nossos problemas, diria que cerca de 80%, é gerada internamente e ainda não foi resolvida. Temos de fazer a 'lição de casa'. A agenda de competitividade precisa ser uma prioridade. Hoje, produzir no Brasil, em comparação com países da OCDE (*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico*), gera uma diferença de custo de R\$ 1,7 trilhão, segundo estudo da FGV (*Fundação Getúlio Vargas*). Precisamos enfrentar esses desafios e avançar nessa agenda para tornar o Brasil mais competitivo, fortalecer a indústria e ampliar nossas exportações.

ENTENDA O PAPEL DO SETOR INDUSTRIAL NO FUTURO DAS ECONOMIAS

>> O crescimento econômico pode existir sem a indústria? Ou esse setor, mesmo em economias mais focadas no segmento de serviços, é essencial e deve ser priorizado? A que custo? Qual a importância dos bancos de fomento?

O podcast Dois Pontos, apresentado por Roseann Kennedy, colunista do Estadão, discutiu o papel do setor industrial no futuro das economias com Marcos Troyjo, ex-presidente do Banco dos Brics e ex-secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, e Rafael Lucchesi, diretor de desenvolvimento industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e presidente do conselho de administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Veja os principais trechos:

● Papel dos bancos de fomento

Para Marcos Troyjo, o Brasil não vai conseguir encurtar a distância para os países mais desenvolvidos somente com o apoio dos bancos de fomento para o desenvolvimento industrial. O ex-presidente do Banco dos Brics acredita que as políticas industriais passam por uma revisão com ênfase na segurança nacional, influenciando diretamente as estratégias de comércio e produção. Este novo cenário desafia países a repensarem as suas cadeias de suprimento e a investirem em tecnologias inovadoras, garantindo não apenas o crescimento, mas também a segurança econômica em um cenário cada vez mais incerto. “Às vezes, os bancos de fomento desempenham o papel de fazer um investimento inicial e isso acaba virando um chamariz para que

outros investidores, de outra categoria institucional, também se juntem. Agora, é verdade que, para além dos bancos de fomento, hoje há no mundo um renascimento da política industrial”, afirma Troyjo.

● Momento crucial

Na opinião do diretor de desenvolvimento industrial da CNI, Rafael Lucchesi, o Brasil se encontra em um momento crucial para o seu desenvolvimento sustentável, enfrentando o desafio de alavancar o crescimento econômico por meio da inovação industrial e da transição energética. “O Brasil está em uma enorme janela de oportunidade, que é curta e vai se fechar, em torno da transição energética, da transformação

ENTENDA O PAPEL DO SETOR INDUSTRIAL NO FUTURO DAS ECONOMIAS

ecológica e da emergência da descarbonização produtiva. É uma janela de oportunidade para a qual o País tem de ser muito certo.”

● Carga tributária

Marcos Troyjo, ex-presidente do Banco dos Brics, acredita que a carga tributária brasileira será um fator determinante para que o País possa absorver os elos de produção e parte das cadeias globais de fornecimento que estiveram na China nas últimas décadas. “O Brasil está pesado demais, então, quando é dada a largada, você acaba ficando para trás, porque, entre outras coisas, você paga impostos demais. O que é mais importante? Aproximar o Brasil da média dos mercados emergentes, de impostos como percentual do PIB, ou ter um banco de fomento autônomo? Me parece que essa questão da otimização dos impostos é muito mais determinante para o sucesso empresarial.”

● Lição de casa

Lucchesi, da CNI, acredita que, apesar de o Brasil não apresentar vantagens

competitivas na economia digital, alguns nichos, como a agricultura de precisão, podem ser determinantes para impulsionar essa agenda. “Essa é uma agenda para a qual o Brasil não pode ficar para trás. Nós temos de criar instrumentos que assegurem a inserção disso. Só que temos de resolver outras questões, como carga tributária elevada, juros elevados, como equacionar também os nossos problemas de custo Brasil”, afirma.

● Economia verde

Segundo Marcos Troyjo, nos próximos 25 anos, países com grande contingente populacional serão responsáveis por parte considerável da contribuição de formação da demanda global. E o Brasil, segundo ele, pode levar vantagem, principalmente nas questões relacionadas à economia verde. “Nós temos muitas vantagens comparativas, em alguns casos quase complementaridade, entre produção de alimento, produção de energia sustentável e agenda verde.” / **EVERTON**

OLIVEIRA

>> Veja os vídeos do podcast [Dois Pontos](#)



O Brasil precisa da Indústria.

De uma indústria forte, inovadora, capaz de gerar muitos empregos e impulsionar o país para o futuro. Tecnológica, digital, competitiva, sustentável.

A Indústria precisa do Brasil.

Um Brasil com infraestrutura eficiente, segurança jurídica, crédito, juros acessíveis, sistema tributário simples e isonômico e menos burocracia.

Indústria forte >>>> País forte.

